

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 121/122/123 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE SETEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 078ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE SETEMBRO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Moysés Leônidas.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Nelson Garcia; PSDB: Algaci Tulio, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PPB: Fernando Ribas Carli, Moysés Leônidas; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (39). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Edno Guimarães, Ademar Traiano, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Fernando Guimarães, Nereu Moura, Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Nelson Justus, Duílio Genari, Miltinho Pupio e Tony Garcia (15).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nº s CTL/SEEG/458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473,

475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 497 e 498/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

415/2002: De autoria do deputado Algaci Tulio que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Jayme Canet com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.759. **Anote-se - Archive-se.**

355/2002: De autoria do deputado Neivo Beraldin que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM do Colégio Estadual Lucia Alves de Oliveira Schoffen, com sede e foro na cidade de Altônia, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.760. **Anote-se - Archive-se.**

353/2002: De autoria do deputado Geraldo Cartário que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual para Surdos Alcindo Fanaya Junior - Ensino Fundamental, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.761. **Anote-se - Archive-se.**

352/2002: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Vila Guaira - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.762. **Anote-se - Archive-se.**

350/2002: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Polivalente de Goioerê - APM Col. Est. Polivalente E.F.M., com sede e foro no município de Goioerê, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.763. **Anote-se - Archive-se.**

417/2002: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola Municipal Casinha Feliz, com sede no município de Janiópolis, e foro no município de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.764. **Anote-se - Archive-se.**

357/2002: De autoria do deputado Ricardo Maia que, declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais, Amigos e Mestres da Escola Dinâmica de Maringá, com sede e foro no município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.765. **Anote-se - Archive-se.**

291/2002: De autoria do deputado Basílio Zanusso que, autoriza o Poder Executivo a proceder a doação da Data de Terra que especifica, ao município de Nova Esperança, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.766. **Anote-se - Archive-se.**

293/2002: De autoria do deputado Basílio Zanusso que, autoriza o Poder Executivo a proceder a doação das Datas de Terras que especifica, ao município de Alto Paraná-PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.767. **Anote-se - Archive-se.**

346/2002: De autoria do deputado Durval Amaral que, autoriza o Poder Executivo a proceder a cessão do

imóvel que especifica ao município de Jaguapitã, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.768. **Anote-se - Arquivo-se.**

202/2002: De autoria do deputado Marcos Isfer que, dispõe que os proprietários de veículos apreendidos junto ao pátio do Detran poderão parcelar débitos referentes a estadias de pátio e despesas de guincho para fins de liderança e legalização da situação documental e cadastral, conforme especifica, e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei tomou o nº 13.769. **Anote-se - Arquivo-se.**

368/2002: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pecuaristas da Região de Campina da Lagoa - APRECAL, com sede e foro no município de Campina da Lagoa, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.770. **Anote-se - Arquivo-se.**

396/2002: De autoria do deputado Edson Praczyk que, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente das Senhoras de Entre Rios, com sede e foro no município de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.771. **Anote-se - Arquivo-se.**

380/2002: De autoria do deputado Algaci Tulio que, declara de Utilidade Pública a Sociedade Desportiva São José, com sede e foro no município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.772. **Anote-se - Arquivo-se.**

418/2002: De autoria do deputado Edson Praczyk que, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Sara Nossa Terra, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.773. **Anote-se - Arquivo-se.**

116/2002: De autoria do deputado Fernando Ribas Carli que, autoriza a ampliação da pequena Central Hidrelétrica Curucaca, com eixo de barragem localizado no Rio Jordão, município de Guarapuava - PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.774. **Anote-se - Arquivo-se.**

354/2001: De autoria do deputado Nereu Moura que, autoriza a construção da Usina Hidrelétrica do Piquiri, no trecho situado entre os municípios de Guaraniaçu, Diamante do Sul, Nova Laranjeiras, Altamira do Paraná e Laranjal, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.776. **Anote-se - Arquivo-se.**

327/2002: De autoria do deputado Duílio Genari que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agropecuaristas de Marco Três, com sede no município de São Pedro do Iguaçu e foro no município de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.777. **Anote-se - Arquivo-se.**

337/2002: De autoria do deputado Miltinho Puppio que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância - APMI do município de Marilândia do Sul, com sede e foro no município de Marilândia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.778. **Anote-se - Arquivo-se.**

347/2002: De autoria do deputado Hermas Brandão que, declara de Utilidade Pública a UNILUZ - Universidade Livre para o Desenvolvimento Luz do Mundo, com sede e foro no município de Apucarana, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.779. **Anote-se - Arquivo-se.**

343/2002: De autoria do deputado Algaci Tulio que, declara de Utilidade Pública o Botafogo Futebol Clube, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.780. **Anote-se - Arquivo-se.**

349/2002: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Liga Regional de Futebol de Campo Mourão, com sede e foro no município e Comarca de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.781. **Anote-se - Arquivo-se.**

351/2002: De autoria do deputado Nelson Tureck que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Pinheirão - APRP, com sede no município de Araruna e foro no município de Peabiru, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.782. **Anote-se - Arquivo-se.**

677/2001: De autoria do deputado Cleiton Kielse que, declara de Utilidade Pública a Associação de Caridade do Espírito Santo de Laranjal, com sede no município de Laranjal e foro no município de Palmital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.783. **Anote-se - Arquivo-se.**

378/2002: De autoria do deputado Edson Praczyk que, declara de Utilidade Pública a Associação Cristã El-Shadday, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.784. **Anote-se - Arquivo-se.**

371/2002: De autoria do deputado José Maria Ferreira que, declara de Utilidade Pública o Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Gaviões Londrinense, com sede e foro na cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.785. **Anote-se - Arquivo-se.**

Lei Complementar nº 529/2002: De autoria do Poder Executivo que, dispõe sobre vencimento básico dos cargos integrantes das carreiras policiais civis, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei Complementar tomou o nº 96. **Anote-se - Arquivo-se.**

527/2002: De autoria do Poder Executivo que, dispõe que créditos tributários inscritos em Dívida Ativa até 30.06.2002, ajuizados ou não, poderão ser pagos em parcela única ou em até 120 parcelas mensais sucessivas, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.798. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nºs CTL/SEEG/457/2002, do senhor governador do Estado comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei nº 530/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob nº CTL/SSEG/499/2002, do senhor governador do Estado, restituindo a este Poder, o Projeto de Lei nº 107/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº CTL/SSEG/500/2002, do senhor governador do Estado, restituindo a este Poder, o Projeto de Lei nº 507/2002, de autoria do Poder Executivo. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº CTL/SSEG/501/2002, do senhor governador do Estado, restituindo a este poder, o Projeto de Lei nº 162/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº CTL/SSEG/504/2002, do senhor governador do Estado, restituindo a este Poder, o Projeto de Lei nº 530/2002, de autoria do Poder Executivo. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 092/2002, do senhor José Pereira da Silva, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, no valor de R\$326.600,00, destinados ao Projeto de Revisão do Benefício de Prestação Continuada (3ª Etapa). **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 096/2002, do senhor José Pereira da Silva, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, no valor de R\$253.000,00, destinados ao Projeto de Geração de Renda para as Famílias do Peti. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 095/2002, do senhor José Pereira da Silva, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, no valor de R\$27.000,00, destinados ao Projeto de Aquisição de Equipamentos e Despesas de Custeio para Estruturação da SEAS/PR. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 096-A, do senhor José Pereira da Silva, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, no valor de R\$13.210,00, sendo R\$9.050,00 - para pagamento da Bolsa Criança Cidadã e R\$4.160,00 - destinados a manutenção da Jornada Ampliada/Erradicação do Trabalho Infantil. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 095-A, do senhor José Pereira da Silva, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de

recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, no valor de R\$964.000,00, destinados ao Projeto de Debate em Família. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 095-B, do senhor José Pereira da Silva, Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social/PR, no valor de R\$204.000,00, destinados ao Projeto de Capacitação de Gestores. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 1818/2002, do senhor Rinaldo Junqueira de Barros Secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, liberou recursos do convênio com a Sociedade Rural de Capanema, no valor de R\$10.000,00 - do Ministério e R\$1.000,00 - Contrapartida, com o objeto de apoiar a realização da 2ª Mostra de Gado Leiteiro. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob nº 1822/2002, do senhor Rinaldo Junqueira de Barros Secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, liberou recursos do convênio com a Associação dos Produtores de Leite de Nova Esperança, no valor de R\$10.000,00 - do Ministério e R\$1.000,00 - Contrapartida, com o objeto de apoiar a realização da III Expoleite, no município de Boa Esperança, no período de 11 a 18.08.2002. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 105/2002, do senhor José Pereira da Silva, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando a transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social/PR, destinados a manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2002. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 292/2002 - GAB

Curitiba, 11.09.2002.

Senhor Presidente:

Visando o cumprimento da Lei 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme determina o artigo 9º, parágrafo 4º, consulto V. Exa. sobre a possibilidade da realização de audiência pública, com o objetivo de avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes ao 2º quadrimestre de 2002, a ser levada a efeito nessa Casa de Leis, em 30 de setembro de 2002.

Por oportuno, informo a Vossa Excelência que as informações a serem transmitidas na audiência estarão disponíveis, até a data de 25/09/2002, na Internet, no seguinte endereço: www.pr.gov.br/sefa (responsabilidade fiscal).

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) INGO HENRIQUE HÜBERT
Secretário de Estado da Fazenda

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 2295**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 2285

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento da senhora Plácida Ana Vivan Giacomini, ocorrido no último dia 16 de setembro de 2002.

Requer ainda, dê-se ciência deste requerimento à família enlutada, na pessoa de seu filho, Luiz Giacomini, na Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A senhora Plácida Ana Vivan Giacomini, nasceu em Guaporé, no Rio Grande do Sul. Desde 1973 morava em Saudade do Iguaçu e era viúva de Albino Giacomini. Faleceu em 16 de setembro corrente, deixando os filhos: Gentil, Luiz, Vilson, Celito, Olides Irio, Milton, Raul e Pedro, além de 22 netos e 07 bisnetos.

Pessoa de grande bondade e caráter ilibado, seu falecimento trouxe tristeza e consternação ao seu vasto círculo de amizades.

Por esse requerimento, queremos nos solidarizar com a família enlutada, manifestando nossas sinceras condolências.

REQUERIMENTO Nº 2288

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-deputado estadual senhor Silvino Lopes de Oliveira.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em Curitiba, dia 19 de setembro de 2002, aos 86 anos, o ex-vereador de Campo Mourão, ex-prefeito de Peabiru e deputado estadual por três legislaturas, o senhor Silvino Lopes de Oliveira.

O ex-deputado estadual nasceu na Lapa em 27 de maio de 1916. Era filho de Victor Modesto de Oliveira e

de dona Julieta Lopes. Deixou viúva dona Nerita Ribeiro de Melo Vianna e cinco filhos. Foi suplente de deputado estadual, tendo substituído o titular doutor Amaury de Oliveira e Silva. No pleito de 3 de outubro de 1958, foi eleito deputado estadual e reeleito em 07 de outubro de 1962. Na Assembléia Legislativa integrou as seguintes Comissões Permanentes: Terras, Colonização e Imigração.

Fez parte da Polícia Militar do Estado do Paraná como sargento.

O passamento de Silvino Lopes de Oliveira veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este deputado.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família.

Sua família, a família que adorava despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo pois, saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Oliveira, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2292

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações à Biblioteca Pública de Londrina, pela comemoração de seus 51 anos.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Biblioteca Pública de Londrina completou 51 anos. Sua idéia surgiu em agosto de 1951, quando o chefe de gabinete do então prefeito Hugo Cabral foi encarregado de ordenar 3 mil livros que estavam abandonados na Prefeitura.

Apesar de ter sido criada por um decreto desde 1940, somente no dia 04 de setembro de 1951 foi inaugurada, naquela época na Rua Santa Catarina. A senhora Maria Gonzales Vicente que foi diretora da Biblioteca entre 1958 a 1967 deu impulsividade à entidade. Ela promoveu exposições, salões de fotografia, organizou a semana do livro, melhorando o acervo. Ela criou também a orquestra mirim e seu substituto, João Diogo, organizou a mudança da sede para a Rua Mato Grosso. Naquela época a Biblioteca possuía 8615 livros. Até a década de 70, funcionou nesse endereço, quando foi transferida para a Casa da Criança na Praça Primeiro de Maio (atual Secretaria da Cultura).

Em 1972, João Diogo implementou a “Biblioteca Ambulante”, dois ônibus adaptados adquiridos para fun-

cionar como biblioteca circulante que ficaram conhecidos como “Mônica e Cebolinha”.

Nos anos 80, a Biblioteca sofria com a falta de espaço. O jornalista Estélio Feldman iniciou uma campanha no Jornal Folha de Londrina para que as instalações do antigo Fórum (na Av. Rio de Janeiro) se tornasse a nova Biblioteca, o que se concretizou em 1984, passando a ser denominada Biblioteca Pública Municipal Pedro Viriato Parigot de Souza. A casa anexa foi transformada em Biblioteca Infantil e a sala do Tribunal do Juri se transformou em Teatro Zaqueu de Melo.

O endereço atual, era o antigo local onde os ingleses da antiga Cia. de Terras Norte do Paraná, jogavam tênis na década de 40.

Nestes 51 anos muita coisa mudou. Atualmente a Biblioteca Pública de Londrina é uma referência estadual e nacional. A Sala Londrina, um dos seus departamentos, é dedicada aos livros e à imprensa londrinense e reúne a história de Londrina, desde a sua colonização. Esta sala, nesta comemoração de 50 anos, recebeu merecidamente a denominação de Sala João Milanez, que foi a pessoa que mais colocou leitores da cidade de Londrina e acompanhou todas as fases de Biblioteca Pública de Londrina.

Pela comemoração dos gloriosos 51 anos de sua fundação, receba a Biblioteca Pública de Londrina (através de sua diretora Célia Regina Zambaldi Gléria - Rua Rio de Janeiro, 413 - Centro - 86010-150 - Londrina /PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2293

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Filarmônica Antoniense, pela comemoração de seus 27 anos.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de 30 de agosto a Filarmônica Antoniense completou seus 26 anos de existência.

A orquestra, que é composta inteiramente por jovens e crianças, desde a sua fundação, em 1973, vem trabalhando na formação profissional dos músicos que a compõem, sendo recordista de títulos como Banda Musical (23 estaduais e 3 nacionais) e possuindo mais de 1000 apresentações públicas já realizadas.

Referência em todo o Estado do Paraná, é composta de jovens músicos todos estudantes da Filarmônica e que têm em sua formação saxofones, clarinetes, trompetes, trombones, trompas, tuba, bateria e percussão e surpreende não só pelo seu talento e musicalidade, mas também pelo estilo leve e descontraído, a começar pelo seu jovem regente. O repertório eclético inclui arranjos especiais, de temas consagrados de autores brasileiros além de música latina, entre outros diversos ritmos.

Pela Filarmônica já passaram ao longo destes 27 anos, cerca de 4000 alunos e destes cerca de 300 são profissionais atuantes e destacados na música de todo o País, possui atualmente 13 professores, específicos para cada instrumento musical, bem como para ensino da teoria da música.

Na comemoração de seus 27 anos, a Filarmônica Antoniense está lançando a Filarmônica Banda Show como um excelente repertório, como não poderia deixar de ser, já que a Filarmônica busca constantemente no aperfeiçoamento geral de seus alunos e de seu trabalho.

Pela comemoração de seus gloriosos 27 anos, receba a Filarmônica Antoniense e todos os seus integrantes (através de seu diretor geral - Sr. Roberto Cristiano Plassman e seu vice-presidente: José Carlos Couto) (Rua Dr. Bruno, 119 - Antonina-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2294

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, pela comemoração de seus 26 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região completou na última semana seus 26 anos. O Tribunal já teve sua composição ampliada três vezes, primeiro para 12 juízes, depois para 18 e enfim, para os atuais 28 magistrados. Teve sua competência ampliada com a inclusão do trabalho de cálculo e execução de parcelas previdenciárias. Trocou de sede 3 vezes e o grau de jurisdição foi multiplicado, passando de 17 Juntas de Conciliação e Julgamento de 1976 (quando incluía Santa Catarina) para 61 varas hoje (apenas no Paraná).

REQUERIMENTO Nº 2298

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal João Sanches e Iolanda Probsts Sanches, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, ami-

gos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2299

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Otávio Taborda Ribas e Iracema Slompo Ribas, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos compromissos.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2300

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Aderbal Neves Cardoso e Malvina de Oliveira Cardoso, que completará no dia 04 de outubro próximo vindouro, 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos compromissos.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2301

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto

Plenário, envio de expediente de ao Sr. Paulinho Dalmaz, diretor do DER - Departamento de Estradas e Rodagem, solicitando serviços de manutenção, tapa-buracos e recape asfáltico, nos trechos entre Medianeira e Missal-PR, 495 e entre Céu Azul e Vera Cruz do Oeste - PR 488.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste requerimento se justifica no péssimo estado de conservação em que se encontra a PR 495 que liga Medianeira a Missal bem como, na PR 488, no trecho compreendido entre Céu Azul e Vera Cruz do Oeste.

Assim, se faz necessário a realização imediata dos serviços de manutenção, tapa-buracos e recape asfáltico nos referidos trechos, proporcionando, desta forma, maior segurança aos condutores que se utilizam da estrada e evitando eventuais acidentes.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 642/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a dar cessão de uso para a Associação de Moradores do Jardim Bandeirantes, imóvel em Londrina, com área de superfície de 4.561,60m², matriculado sob nº 15.753, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Londrina.

Art. 2º - A cessão de direitos, que se refere o artigo 1º desta lei, será pelo prazo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis, e o imóvel será utilizado para proporcionar, além de outras atividades compatíveis, uma área cultural para a comunidade do município, sendo que a prefeitura ficará responsável pela guarda e proteção do imóvel.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

O 3º Distrito da Polícia Civil, localizado na Rua Serra do Roncador 1192, Jardim Bandeirantes, município de Londrina, atualmente vêm desenvolvendo funções como emissão de carteiras de identidades, registros de ocorrências, estando desativado o sistema dearceragem, por não oferecer segurança na região, e também estar localizada ao lado da Escola Estadual Professor Kazuko Ohara.

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de autorizar o Poder Executivo a ceder o imóvel ao município de Londrina, para que aquela municipalidade possa, implantar um Centro Cultural, que compreende salas para biblioteca pública, teatro, infor-

mática, cursos de corte e costura, música, pintura, e espaço para a realização de palestras e debates.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 643/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a implantar em todas as escolas estaduais dos municípios paranaenses quadras poliesportivas cobertas, com o objetivo de fomentar, desenvolver e incentivar a prática de esportes em todos os municípios do Paraná, além de coibir doenças de pele devido às exposições ao sol.

Art. 2º - O Poder Executivo adotará os mecanismos necessários à implantação das quadras de que trata o artigo anterior, através do programa de governo em normas e regulamentos próprios e inclusões orçamentárias futuras. O Poder Executivo, através do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, fica autorizado a celebrar convênios com os municípios paranaenses e outros órgãos e entidades estatais, para o bom desenvolvimento do presente projeto, bem como fica autorizado a firmar contratos com empresas que estejam interessadas em apoiar a prática de esportes nas escolas estaduais.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que os municípios paranaenses há muito despontam como um centro de profissionais e eventos na área esportiva dentro do Estado do Paraná, faz necessário a implantação de quadras poliesportivas cobertas em todas as escolas estaduais dos municípios paranaenses, com o objetivo de fomentar, desenvolver e incentivar as atividades esportivas não dependendo das condições climáticas para a sua prática.

Ressaltamos também que hoje a exposição ao sol, sem o uso de bloqueadores solares, pode causar danos a pele chegando a acarretar o “câncer de pele”. Portanto, visando a melhor qualidade de vida dos alunos da rede escolar, acreditamos que este projeto de lei é de grande valia ao Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 644/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Cime - Centro de Integração do Menor, com sede e foro no município de Campo Largo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Cime - Centro de Integração do Menor, localizado no município de Campo Largo, atende atualmente 153 crianças de 6 a 18 anos, todas carentes e em risco social (a maioria encaminhada pelo Juizado de Menores e Conselho Tutelar).

Com a finalidade de tirar as crianças da rua, zelando pela sua saúde e bem estar, a instituição procura dar assistência médica, psicológica, social, pedagógica, além de orientação pessoal.

A instituição funciona em instalação cedida pelo Governo Estadual e com funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal e voluntários que se revezam no atendimento às crianças.

Por ser Instituição de Assistência Social, solicitamos sua declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 645/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luiz Antonio Amatuzzi de Pinho, com sede no município de Pontal do Paraná e foro no município de Matinhos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A APM da Escola Municipal Luiz Amatuzzi de Pinho, localizada no município de Pontal do Paraná, a exemplo de suas congêneres, vem desenvolvendo um importante trabalho junto àquela comunidade escolar.

Com o objetivo de auxiliar na construção da cidadania dos alunos da Escola, a APM executa uma série de eventos em parceria com o estabelecimento de ensino e melhores condições de trabalho para todos.

Por ser instituição sem fins lucrativos, solicitamos sua declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 646/2002
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Apoio ao Paciente com Doença Renal, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.09.2002

(aa) ALGACI TULIO
EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Apoio ao Paciente com Doença Renal, é uma entidade beneficente, de assistência social, sem fins lucrativos, tendo como principais objetivos: promover uma melhoria da qualidade de vida dos pacientes portadores de doenças renais, prestando atendimento a estes e seus familiares viabilizando e alocando recursos, promover medidas para a prevenção da prevalência de doenças renais, apoiar pesquisas as doenças do aparelho urinário, desenvolver o aperfeiçoamento e formação de profissionais da equipe multidisciplinar ligado a área, promover encontros visando a cooperação e solidariedade em relação aos pacientes carentes portadores de insuficiência renal crônica, visando proporcionar ao paciente renal o bem estar físico, social e mental, seguindo o conceito da Organização Mundial de Saúde.

Com este projeto de lei buscaremos de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder à ampliação de sua atividade, através de forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem suficientes méritos semelhantes.

PROJETO DE LEI Nº 647/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam excluídas da relação de veículos sujeitos ao pagamento de pedágio as motocicletas que trafeguem nas vias públicas estaduais do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.09.2002

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O número de motocicletas que trafegam pelas rodovias a passeio é bastante reduzido. Já o número que estão trafegando a trabalho é bastante elevado, pois muitos fazem pequenos fretes entre os Municípios, ou se utilizam de suas motocicletas para chegar aos seus locais de trabalho, já que este é um meio de transporte mais econômico que os demais.

Com o advento da cobrança de pedágio, o que era uma solução para ganhar algum dinheiro (profissionalmente ou complementando o orçamento) ou ainda para economizar recursos com transporte tornou-se um peso, pois o pedágio onerou o bolso de todos e no caso dos motociclistas, proporcionalmente, o preço do pedágio é elevadíssimo.

Como os recursos arrecadados com a cobrança de pedágio destinam-se à manutenção das rodovias, esta

cobrança não se justifica, pois o desgaste causado por este meio de transporte é mínimo em relação aos demais.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 648/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As serventias do foro judicial configuram serviço estadual indelegável e os respectivos cargos são preenchidos mediante concurso público de provas e títulos.

Parágrafo Único - Ficam assegurados todos os direitos dos atuais diretores, colocados em regime de extinção, permitindo-se a adesão.

Art. 2º - O Tribunal de Justiça, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei, encaminhará anteprojeto de lei à Assembléia Legislativa dispondo sobre o quadro permanente e o quadro suplementar das carreiras das serventias do foro judicial, além da forma de adesão e do quadro de custas, ouvindo o conselho consultivo.

Art. 3º - A proposta de custas processuais e a forma de adesão serão elaboradas por um Conselho Consultivo, a ser criado para essa finalidade.

§ 1º - O Conselho Consultivo será formado por 07 membros, composto da seguinte forma:

- 02 representantes da OAB-PR;
- 02 representantes das Serventias Judiciais;
- 02 representantes do Poder Judiciário;
- 01 representante do Poder Executivo;

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(aa) IRINEU COLOMBO
JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A proposta visa racionalizar uma atividade típica do Estado. Na medida em que o Estado toma para si a responsabilidade da distribuição da Justiça, nada mais lógico que o pessoal burocrático necessário à concreção jurisdicional seja igualmente estatal. O juiz há de ter à sua volta auxiliares evidentemente atrelados a causa pública, ao invés de pessoas movidas por interesses próprios da iniciativa privada.

Por isso projeta-se o cumprimento de um dispositivo constitucional específico: o artigo 31 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Brasil reza que serão estatizadas as serventias do foro judicial, assim definidas em lei, respeitados os direitos dos atuais titulares. Como consequência tributo chamado custas terá o seu

destino natural, o erário, e o desdobramento provável será o seu gerenciamento pelo próprio Poder Judiciário, em saudável auto-sustentação.

Por outro lado, não se pode ignorar, por oportuno que com o advento da Constituição Federal cidadã de 1988, os direitos dos cidadãos ganharam efetivo destaque no texto da Carta Magna. Essas garantias constitucionais proporcionam à população maiores e melhores condições de buscar, no judiciário a tutela e preservação dos direitos violados. Individualmente e com maior ênfase, o que se vê, na realidade, é uma avalanche de ações que estrangulam as varas judiciais, posto que a população melhor informada acerca de seus direitos, não hesita em buscar a tutela jurisdicional do Estado-Juiz.

Em face dessa demanda, a realidade é que enquanto as serventias judiciais das grandes comarcas do Estado, em especial Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Ponta Grossa faturam elevadas quantias a título de custas processuais, por paradoxal que possa parecer, nas comarcas de pequeno porte do interior do Estado, as serventias enfrentam dificuldades financeiras para se manterem atuando, posto que nas pequenas comarcas predominam as ações beneficiadas pela assistência judiciária gratuita. O que ocorre, então, na realidade, é que enquanto algumas poucas serventias, têm faturamento elevado, em outras muitas, os serventuários estão disponibilizando recursos particulares para manterem a regularidade dos serviços judiciários.

É necessário enfatizar ainda, que a oficialização das serventias judiciais proporcionará a todos os serventuários do foro judicial, igualdade de tratamento profissional, posto que serão classificados de acordo com a entrância da comarca e poderão ascender na carreira, observados os critérios de remoção e promoção, tal como ocorre com os senhores Magistrados.

A proposta não guarda ranços de radicalismo. Respeita os direitos adquiridos pelos já nomeados, mas concede prazo ao Tribunal de Justiça para regulamentar o quadro de carreiras, em níveis verticais e horizontais. A velha tradição brasileira mantém a denominação “escrivão” para nominar o chefe da serventia, fixando seus vencimentos em percentual compatível com a responsabilidade do cargo e a subordinação hierárquica inevitável ao juiz da comarca a que servir.

Finalmente, na valorização do princípio federalista a proposta inova em busca de solução definitiva para a lentidão do judiciário, impõe um juiz para cada grupo de trinta mil habitantes, incumbindo ao Tribunal de Justiça a adoção do mecanismo de disparo da permanente adequação do Código de Organização e Divisão Judiciário às alterações democráticas que o órgão oficial competente apontar.

Nos Estados como São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul em que esta medida foi implantada os valores das custas e registros foram drasticamente reduzidos, proporcionando à população maior acesso à Justiça.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Atendendo apelo do meu amigo Geraldo Cartário, mesmo estando no Grande Expediente, pretendo falar no máximo dez minutos, para que possamos dar sequência ao debate deste assunto que, certamente é o assunto do dia de hoje.

Senhor presidente, senhores deputados: venho à tribuna nesta tarde, até por dever de consciência, já que sobre este assunto ainda não tinha me pronunciado na tribuna da Assembléia, mas apenas em entrevistas de rádio, televisão, jornais e também em reuniões que tivemos com as esposas dos policiais militares e representantes da corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Por nós, aqui falaram diversos parlamentares e dentre eles destaco os pronunciamentos dos deputados Waldyr Pugliesi, Nereu Moura e Luciana Rafagnin, que na semana passada, desta tribuna, colocaram com clareza o posicionamento dos parlamentares, não só do PMDB e PT, mas, também, dos demais partidos que comungam conosco, nesta Assembléia, de um posicionamento semelhante e que se enquadram dentro do que chamamos “Bloco Parlamentar das Oposições” e o que vou dizer hoje, não é diferente do que eles já disseram.

O governo que aí está, ao longo desses sete anos e oito meses e vinte e três dias, pouco, pouquíssimo e eu diria até nada fez para solucionar o problema salarial dos servidores públicos de um modo geral.

Pontualmente, tentou equacionar a situação deste ou daquele segmento de servidores públicos do Estado do Paraná, mas em nenhum momento, encarou de frente a solução buscada pelo conjunto de servidores, sejam eles policiais militares; policiais civis; trabalhadores da educação; trabalhadores do Iapar; do IAP, da Secretaria da Saúde; do Sistema Penitenciário; funcionário do Sistema Estadual de Agricultura ou do quadro geral de funcionários do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Mesmo quando nesta Casa tramitou o QPPE - Quadro Próprio do Poder Executivo, muitos segmentos dos funcionários públicos do nosso Estado deixaram de ter suas reivindicações atendidas e registramos aqui, inclusive, a lamentável derrota que impuseram aos professores aposentados, na semana passada, quando a eles se negou o direito de ter um abono temporário de R\$100,00 (cem reais), na mesma oportunidade, no mesmo momento em que outros benefícios se votavam para outros segmentos.

Por todas essas razões e tendo nós nos meses mais recentes votado aqui ajuste, reestruturação de salário, de quadro, para a Polícia Civil do Paraná, de termos votado aqui o Quadro dos Auditores Fiscais. Agentes Fiscais do Estado do Paraná, e para todos eles aplicados dispositivos

da implantação imediata, ou seja, de que os benefícios ali estabelecidos naquela legislação produziram efeitos financeiros tão logo a lei fosse publicada, nós tomamos a iniciativa, ouvindo alguns companheiros nossos desta Assembléia, alguns companheiros da Corporação da Polícia Militar, ouvindo as esposas de policiais militares e tomamos a iniciativa de apresentarmos a Emenda que apresentamos e estabelecendo que a estruturação seja feita sim pelo governador Jaime Lerner e aprovada por esta Casa.

Mas, que retiremos do texto original da lei, o parágrafo único do artigo 2º que estabelece o escalonamento que no nosso entendimento é “uma caridade com o chapéu alheio”. Porque concede o benefício neste Governo mas deixa para os futuros governantes, aqueles que o povo irá eleger no dia 06 de outubro, a responsabilidade de dar consequência financeira àquilo que está se votando hoje.

Sete anos, oito meses e vinte e três dias que nada se fez. E quando se faz, deixa a conta para o outro pagar.

Se vamos fazer a reestruturação, que façamos agora e não deixar apenas para que o governador eleito no dia 06 de outubro ou no dia 27 de outubro, fique ele com a responsabilidade e com ônus financeiro dessa proposta enquanto o outro tenta sair de bonzinho, depois de sete anos, oito meses e vinte e três dias sem nada ter feito para corrigir essas distorções.

Sabemos que estão em andamento as negociações lideradas pelo deputado Algaci Tulio que foi designado para ser o relator da matéria. Está ele conversando com as esposas de policiais militares, com representantes da Corporação da Polícia Militar, através daqueles que já estão na Reserva remunerada.

E sei que conversa também de forma reservada com aqueles que estão na ativa.

De minha parte o acordo que se fizer e que for avalizado por vocês, tudo bem, mas continuarei defendendo a minha Emenda.

Emenda que não é do Pessuti, a Emenda de diversos parlamentares que entendem que se é para fazermos a reestruturação que a façamos hoje, mas que os efeitos financeiros sejam feitos também para agora, porque não tem sentido, não tem cheiro de boa coisa, nós aprovamos esse dispositivo, estabelecendo que o outro Governo venha a cumprir a questão financeira dessa reestruturação, desse aumento de salário que está sendo dado.

Chamo aqui também a atenção dos companheiros parlamentares, do que aconteceu em 1994 quando o Mário Pereira era governador do Paraná e mandou a esta Casa, não durante o período da campanha eleitoral, um pouco antes, o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná. E naquela oportunidade, aqueles que se perfilavam ao lado do Jaime Lerner, tomaram a iniciativa de impedir que se votasse naquela ocasião, a instituição do Quadro Próprio do Poder Executivo, sob a alegação de que faltando apenas três, quatro, cinco meses para findar aquele Governo, não era a hora de se votar

uma reestruturação no quadro próprio dos servidores públicos do Estado do Paraná.

E, naquela oportunidade, decidiu-se pela maioria da Assembléia, conceder um ajuste linear de 16% para todos os servidores, perdendo os servidores naquela oportunidade o seu quadro e até hoje isso não está resolvido.

Penso que se nós votarmos hoje a reestruturação da Polícia Militar, teremos que dar à Polícia Militar, até porque ele não é diferente, não é menor, não é inferior do que os agentes fiscais e nem os policiais civis.

Se for para votarmos a reestruturação, que façamos isso por inteiro.

Devemos dar tratamento igualitário. Se demos aos outros, efeito imediato, que façamos isso também para a Polícia Militar.

Por esta razão, continuo com a minha Emenda, que não é só minha, repito, mas de diversos parlamentares, de que os efeitos financeiros da reestruturação da Polícia Militar, devam acontecer de imediato, tão logo se publique essa reestruturação no Diário Oficial.

Era isso, senhor presidente. Era isso, deputado Cartário. Acho que atendi ao seu apelo e falei apenas onze minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PL.

(**Declina**)

PSC, PSL, PDT.

(**Declinam**)

PT. Com a palavra, o nobre deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente Hermas Brandão, senhores deputados.

Venho à tribuna com a mesma preocupação do deputado Orlando Pessuti, no sentido de que a Polícia Militar do Estado do Paraná está há sete anos e sete ou oito meses esperando que o Governo do Estado do Paraná lhe conceda algum aumento que dê para colocar um sorriso nos lábios.

Também sou servidor público e estou no mesmo período sem nenhum reajuste salarial, sem reposição de inflação, sem nenhum aumento. E isso primeiro tem um aspecto, que não é só o aspecto financeiro, mas é a consideração por aqueles que trabalham, por aqueles que cuidam do Estado, por aqueles que cuidam da Nação, porque um governo pode ter lá as suas dificuldades, mas jamais pode ter dificuldades de ser claro e transparente e, também, um governo não pode ser de tal forma irresponsável que ao fechar as suas portas, ao apagar das luzes, faz de conta que está agradando aquele que ele açoitou durante oito anos.

Então nós, da Bancada do PT - falo aqui em nome da Bancada do PT por uma delegação da nossa líder, a

deputada Luciana Rafagnin - queremos aumento já para a Polícia Militar. Por que não aumentar já? Quais são os impedimentos financeiros para só começar a pagar em janeiro? Qual é, na prática, o impedimento? Até janeiro vão melhorar as finanças? Baseado em quê? Tem algum dado para isso?

Não. As condições são absolutamente as mesmas. Se é para dar aumento agora, pode dar depois, como pode dar um outro dia. Mas, se as condições são as mesmas, dê o aumento agora para assumir a responsabilidade pelo governo atual. E o governo Jaime Lerner assume a responsabilidade pela Mensagem, os louros pela Mensagem, mas quero que assuma a responsabilidade de “meter a mão” no caixa, porque ele foi muito gentil ao “meter a mão” no caixa para fazer publicidade, muito gentil para “meter a mão” no caixa para ajudar as montadoras, muito gentil para “meter a mão” no caixa para alugar carros para fazer serviços terceirizados e superfaturar obras como os Jogos da Natureza e assim por diante. Quero que seja gentil, mas gentil não só com a Mensagem para a Polícia Militar do Paraná, sobretudo os praças, mas que seja gentil dando aumento já. E nós queremos assumir aqui a responsabilidade, porque queremos que todos os trabalhadores não só recebam mais financeiramente para poder comprar um bujão de gás, para poder colocar um leite com café na mesa, um pão com manteiga, mas também para serem reconhecidos como pessoas que estão à disposição da sociedade.

Então, vamos brigar nesta tarde, quero deixar bem claro, para que tenhamos uma mensagem que dê o aumento já, a menos que alguém prove que as condições, do ponto de vista econômico e financeiro, mudem até janeiro, porque se não mudou em oito anos, não é em dois ou três meses que vai se resolver.

Aumento já para a Polícia Militar!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PPB.

(**Declina**)

PMDB. Com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados:

Esse governo que infelizmente está se evaporando teve um “mundão” de tempo para tomar providências. Os militares estão aqui. Imaginem se vocês tivessem que tomar uma ação, praticar um ato como policiais, lá, em 1995 e vocês deixassem tudo correr e tomassem uma providência depois de anos e anos? Seriam tachados de incompetentes, aéticos, desqualificados. Essa é a opinião que nós temos desse governo.

Olha, o deputado Colombo, do PT, começou alinhar, eu já cansei até de falar essas coisas, aqui, na tribuna e em todos os lugares, ele começou a alinhar - é sempre aquela tal história da Lei de Responsabilidade

Fiscal. Agora, nada se pode fazer porque tem a Lei de Responsabilidade Fiscal. E qual é a autoridade moral desse governador de atropelar a Lei de Responsabilidade Fiscal e tudo, inclusive orçamento do próximo governo que será eleito agora no dia 06 de outubro.

Ora! Eu não estranharei se o governador do Estado convidar todos os policiais civis deste Paraná, todos os professorado, toda a Polícia, a gloriosa Polícia Militar do Paraná para uma grande festa que será paga pelo governo lá no dia 05 de junho do ano que vem. Só faz cortesia com o chapéu alheio. Não age, quando age nós estamos no dia 23 de setembro. Nós estamos a quantos dias da eleição? Como é que pode um governo agir, neste momento, de maneira eleitoreira, oportunista. Esse tipo de comportamento deveria ser varrido da face do Paraná. Eu tenho esperança que essas coisas não aconteçam mais.

Olha, a primavera está chegando e chega com o quê? Chega com fisiologia, eleitoralismo, oportunismo, e me perdoem, com desconsideração com a Polícia Militar que merece muito mais que isso. Nós temos uma comparação com quase 150 anos de história, é um patrimônio do povo do Paraná a nossa Polícia Militar e ela é tratada desta maneira! E tudo isso eu quero registrar nos anais desta Casa: o movimento de rebeldia, de coragem, de civismo, de patriotismo que foi desencadeado pelas espensas de policiais militares.

O Paraná, lá na frente, vai se curvar a esse movimento que as mulheres ensinaram. Portanto, nós do PMDB, nós gostaríamos de que essa medida paliativa que não atende, na realidade, os legítimos interesses dos policiais militares que ela fosse tomada agora. Por que o governo não toma essa medida agora? Por que não coloca em vigor aquilo que vamos aprovar daqui a pouco, porque nós não estamos aqui para desaprovar coisa nenhuma, me disseram, o Relator me mostrou, nós estamos chegando do interior, todo mundo está fazendo a sua proposta para o povo do Paraná, pelo Paraná.

Olha, houve um acordo e é melhor um passarinho na mão do que dois voando. Essa é a expressão que usaram.

Mas, nós queremos registrar aqui que um governo que torrou a Sanepar, que explodiu com o Banestado, que vendeu a Ferroeste, que pedagiou as estradas com tarifas muito altas, que tentou vender a Copel e nós não deixamos que ele metesse a Copel na lata do lixo.

Esse governo, o presidente, não tem moral nenhuma para se apresentar diante dos militares que honram a farda, que honram a história do Paraná e querer aparecer como bonzinho. Tem muita gente querendo salvar o votinho do dia 6 com essas medidas oportunistas. Esse governo, presidente, esse governo, senhores militares, torrou 80 milhões de dólares com esses fajutos Jogos Mundiais da Natureza. Isso foi um crime que se cometeu contra as finanças do Paraná. Torraram, saquearam, assaltaram o Banestado, pegaram 5 bilhões de reais do povo e venderam o banco por um bilhão e meio e depois

não tem dinheiro para atender as reivindicações dos policiais militares.

Senhor presidente, fica aqui mais uma vez a posição do PMDB. Nós queremos que as coisas sejam claras, porque se esse governo não tomar as medidas e colocá-las em vigor, ficou aí como o Pessuti falou: sete anos, nove meses e vinte e três dias, que daria nesse tempo para se gerar muita coisa boa, não só para a PM, mas para todos os servidores do Estado do Paraná.

Outro dia, senhoras e senhores que estão aqui, depois de se aprovar um abono de cem reais para os professores aposentados, eles fizeram os servidores da educação derramarem as lágrimas porque não tem cem reais para dar para um mestre, para uma professora que dedicou a sua vida à infância, à juventude do Paraná, mas para torrar dinheiro nos Jogos Mundiais da Natureza, para torrar 500 milhões de dólares em propaganda, aí não tem Lei de Responsabilidade Fiscal que segure esse governo. Graças a Deus ele está sumindo do mapa do Paraná como chapéu velho.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PFL, PSDB, PTB.

(**Declinam**).

PPS com a palavra. Deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

Quero registrar a posição do PPS em nome do deputado Cezar Silvestri, em nosso nome, de que nós concordamos com o que foi dito aqui pelo nosso Líder da Oposição, Waldyr Pugliesi de que fazer cortesia com o chapéu alheio é muito fácil, porque até mesmo tudo o que foi comprado e repassado à nossa gloriosa Polícia Militar foi com recursos destinados do Funrestran e o investimento do governo do Estado na segurança e na nossa Polícia Militar é muito pequeno - ou recursos que vieram de outros convênios, e nós queremos deixar bem claro que votaremos pela reposição já, como esta proposta pela emenda que será apresentada e se não houver um acordo neste sentido nós também votaremos para que seja tudo repostado no ano de 2003, porque para nós é mais importante manter uma estratégia neste momento para que haja condições de haver a readequação da Polícia Militar do que simplesmente perdermos tudo.

Então, esta é a posição do PPS. Nós queremos já e achamos que é competência do governo fazer já, ele não pode deixar para depois o que é sua obrigação, mas se porventura a bancada do governo não aprovar esta emenda, nós iremos apresentar uma outra emenda dando tudo no início de 2003. Esta é a posição do PPS.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PDT.

Concedo a palavra ao deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhores deputados: eu gostaria de deixar, aqui, a nossa posição, do PDT, em nome dos deputados Renato Gaúcho, Eli Ghellere, José Maria, Neivo, Serafina - não sei se essa expressão que vou usar faz parte do consenso das pessoas que citei. Lembro-me, deputado Waldyr Pugliesi, que li há algum tempo, que Duque de Caxias teria pronunciado em certa oportunidade: "Quando eu morrer dispense-me das honras do grande Exército Nacional. Não quero cortejo. E se eu tiver quatro companheiros leais, para carregar o meu caixão, estarei satisfeito com a carreira que fiz".

Vim aqui - não quero nenhum aplauso - apenas para cumprir com a obrigação de parlamentar que somos, a dez dias das eleições. Enquanto estamos, aqui, alguns de nossos concorrentes estão nos tomando alguns votos neste exato momento. Estamos na presença da grande maioria representativa da gloriosa Polícia Militar do Paraná. Aplausos, deputado Neivo Beraldin, seriam temerários neste momento. Porque entendam vocês, que aqui está se votando algo - é como você chegar em um supermercado, fazer uma grande compra e dizer-lhe o seguinte: vão lá cobrar do outro, que vai ocupar a minha casa daqui a dois meses - eu não estarei mais lá.

Vamos obviamente aprovar a medida que coloca o governo do Estado. Acho que todos aqui são inteligentes para saber, que é uma medida realmente muito complicada, porque coloca sem nenhuma dúvida, o mel na boca daqueles que até agora só provaram o fel. Colocam agora uma pitadinha de mel, dizendo o seguinte: no próximo enxame, a próxima rainha se encarrega de cuidar da colméia. Eu, por enquanto dou isso para vocês. Todo mundo sabe que vai ficar para o próximo governo e que o governo é uma outra realidade. O que se aprovar aqui não adianta discurso de que foi acordo de liderança. Nada disso! Estão aprovando em um momento, que se está próximo à questão da eleição, um fato que é muito importante para a Polícia Militar. Nós gostaríamos de ter aprovado isso no momento em que o governo tivesse a responsabilidade: aprovei, dei, paguei com o caixa do Estado, que está sob a nossa responsabilidade.

Não venho em busca de que a Polícia Militar possa dar a todos os nosso companheiros que aqui estão, votos de louvor, porque vamos aprovar essa medida. Não. É de obrigação nossa aprovar uma medida como essa, para o que faz a Polícia Militar. Há de se registrar que estamos aprovando algo, cujo governo atual, que manda essa mensagem para cá, não tem nenhuma responsabilidade. E se tem, pague no mês que vem! Se, é verdade que quer aumentar os policiais militares, pague no mês que vem! Assuma a responsabilidade do caixa que tem!

O Sr. Neivo Beraldin

Concede-me um aparte?

Deputado Zucchi, V. Exa. faz um discurso exatamente real. Se o governo tivesse tido um pouco de responsabilidade, não teria alugado tantos carros, não teria

jogado tanto dinheiro pela janela, superfaturado esses alugueis dos carros, gastando em publicidade em absurdo, gastando da folha com os terceirizados outro absurdo, porque V. Exa. deve saber que dos 49% tem mais outro tanto dos terceirizados que são os superfaturados.

Sinceramente, deputado Zucchi, mais hoje falando, para dizer que nós evidentemente vamos votar pela melhor proposta em favor da Polícia Militar. Nós estamos aqui em nome do PDT para votar e colaborar e prestigiar sobretudo a gloriosa corporação da Polícia Militar, que tem dado mostra de disciplina de vocação dos seus componentes para o trabalho e que merece a nossa homenagem, mas é preciso que todos entendam que o Governo Lerner teve aqui a maioria dos senhores deputados votando com ele. É preciso que cada um entenda que as contas do Governo Lerner, nenhuma teve condições de ser votada aqui neste Plenário, porque nenhuma Casa Legislativa vai poder aprovar as contas do Governo desde 95 até aqui. Para vocês terem uma idéia a situação é caótica, é gravíssima, a dívida do Estado aumentou em mais de 10 vezes depois que esse Governo assumiu o Palácio Iguaçu, e todo ano quem aprova o orçamento é a Assembleia Legislativa e quem fiscaliza a aplicação do orçamento também é o Poder Legislativo, falta apenas que esta Casa tome conta do seu dever, fiscalizando o orçamento, porque não houve investimento na segurança, disse bem o nosso colega Marcos Isfer, o que foi investido veio de Brasília.

Muito obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, concluindo, quero dizer que nós realmente vamos votar aquilo que é melhor para a Polícia Militar, porque nós sempre tivemos esta posição aqui na Assembleia. É claro que os nossos colegas que também pertencem à base do Governo vão proceder da mesma forma, e não estou falando com relação aos nossos colegas, eu falo com relação ao governo, porque esta medida poderia ter vindo há um ano atrás, quando as mulheres dos policiais militares estavam aqui pedindo pelo amor de Deus para que o governo do Paraná tomasse uma medida à gloriosa Polícia Militar que só causa orgulho ao nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança da Situação, Liderança da Oposição.

Pela Ordem, deputado Durval Amaral.

Eu solicito à platéia que da forma que nós estamos recebendo sempre aqui, gostaríamos que vocês não se manifestassem com apupos, nós queremos tê-los sempre aqui conosco, mas não é possível essa manifestação contra qualquer parlamentar aqui.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores, que nos honram com suas presenças nesta

tarde, é uma satisfação, uma alegria muito grande recebê-los na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, onde aqui nós temos a oportunidade de debater, discutir, firmar acordos para que a democracia a todo instante seja consolidada.

Estamos acompanhando o movimento reivindicatório das mulheres dos policiais militares desde há algum tempo, a reivindicação dos policiais militares do Estado do Paraná, ainda hoje pela manhã tomava café com os policiais militares do Estado do Paraná, os soldados, cabos, sargentos, oficiais, todos eles nos últimos dias procuraram ter contato comigo e todos eles manifestando grande interesse que tem a categoria de ver aprovada na Assembleia Legislativa este projeto que está em andamento. Inicialmente o Governo propunha um escalonamento: janeiro de 2003, janeiro de 2004, janeiro de 2005.

Eu, o presidente Hermas Brandão, lideranças da Oposição, o deputado Algaci Tulio, lideranças da Situação discutimos à exaustão uma forma, uma maneira de compatibilizar os interesses da categoria com a possibilidade real de repassar essa gratificação aos servidores da Polícia Militar, que aliás tenho para mim que a Polícia Militar é uma corporação gloriosa, que dignifica todos os funcionários públicos do Estado do Paraná. Cidadãos que exercem o seu trabalho colocando em risco a sua vida para proteger as famílias do Estado do Paraná.

Procuramos incansável uma negociação. Ainda semana passada, procuramos um entendimento com as lideranças, mulheres, oficiais da reserva, coronel Foltran e outros oficiais, buscando um entendimento para que pudessemos aprovar esse projeto de lei.

Até porque a verdade sempre há que prevalecer. Até porque em época pré-eleitoral, como estamos vivendo, é muito factível e muito cômodo, não só para a Situação também para a Oposição, simplesmente fazer discursos e inviabilizar a solução do problema que todos nós queremos. Porque são mais de 16 mil policiais militares, que sairão daqui com a certeza que terão benefícios para a sua categoria ou com a certeza de que nenhum benefício virá. Por quê? Por uma razão óbvia, existe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Lei nº 101, que efetivamente, todo e qualquer cidadão sabe que inviabiliza neste momento qualquer tipo de reajuste, qualquer tipo de benefício, não suportaria a uma Adin, não se sustentaria em um veto. E aí, o grande sonho da corporação de ter esse benefício escalonado mais real onde você sairá desta votação com um acordo. Até fico me perguntando, se o acordo vale, Algaci Tulio, para a Oposição e vale para a Situação, ou se prevalece o discurso e o oportunismo do momento. Por quê? O que nós queremos? O que está acordado? O que é que fomos buscar? Fomos buscar o benefício escalonado: janeiro de 2003, julho de 2003 e janeiro de 2004. É irresponsável? Não é. É factível. É possível. É realizável, Porque todas as projeções nos levam à conclusão de que a partir do ano que vem, tendo aumento crescente da arrecadação do Estado do Paraná, isso não vai comprometer

os 49% do permitido com despesas de pessoal. Isso não vai comprometer.

E olha, esse é um avanço. Parece-me, a não ser que eu esteja em outro entendimento, mas é o que 90% da corporação do Paraná está desejando. Até porque, essa lei aprovada na Assembléia agora vai fazer com que os comandos, as mulheres, os oficiais, os oficiais da reserva, as lideranças do movimento possam chegar, do 1º para o 2º turno, nos 2 candidatos que forem para o 2º turno tirando e desistindo do discurso oportunista fazendo com que eles assumam o compromisso de a partir de 1º de janeiro honrar o pagamento que está acordado, aqui.

Votar 100% imediato, é impedir o benefício para a corporação. É excluir do compromisso dos 2 candidatos, que vão passar para o 2º turno, de honrar os compromissos assumidos com a corporação em cima de um oportunismo puramente eleitoral.

E é esse chamar de consciência das mulheres, dos cidadãos, dos soldados, dos praças, do oficial. Um chamar de consciência para o acordo. Porque é melhor agora neste momento, assegurar o benefício para toda a categoria do que jogar isso para um próximo simplesmente, o 100% que não vai acontecer nem hoje, nem amanhã e nem nunca.

Agora, é muito fácil para nós, se não houver o acordo, simplesmente não votarmos a matéria e daí, esses que me vão, vão buscar o benefício no próximo governo e certamente eu não estarei na Liderança, mas tenho uma certeza...

(Há manifestação das galerias)

O SR. DURVAL AMARAL

... tenho uma certeza, ficarão...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço às galerias para não se manifestarem.

O SR. DURVAL AMARAL

... ficarão mais três anos sem nenhum tipo de benefício e os seus filhos e os cidadãos do Paraná serão prejudicados.

(Nova manifestação nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço à senhora que está se manifestando, para manter a calma.

(Nova manifestação nas galerias)

Está suspensa a Sessão por dez minutos e convido as lideranças para uma reunião secreta.

Solicito também a presença do coronel Furquim.

Está suspensa a Sessão.

Está reaberta a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 292/2002GAB, subscrito pelo secretário de Estado da Fazenda, constante do expediente, informando-se a respeito da possibilidade da realização de audiência pública, com o objetivo de avaliar o cumprimento das metas fiscais referente ao 2º quadrimestre de 2002, a ser levada a efeito nessa Casa de Leis, em 30 de setembro do corrente mês. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei complementar, de autoria do deputado Irineu Colombo e José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Edson Praczyk e Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Moysés Leônidas, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que institui a obrigatoriedade de Mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Vamos apreciar emenda aprovada em 2ª discussão.
Em votação.

Aprovada a emenda.

O SR. NEIVO BERALDIN

Solicito verificação de votação.

O SR. ELIO RUSCH

Solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e solicita ao 1º secretário, que proceda a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Procede à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Por solicitação do requerente, retiramos a chamada nominal.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito a continuidade da chamada nominal dos senhores parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Procede à continuidade da chamada nominal dos senhores parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

16 senhores deputados ausentes, 38 presentes. Há quórum suficiente para decisão.

Estamos votando a emenda aprovada em 2ª discussão do Projeto de Lei nº 141/99.

Aprovada.

Projeto: aprovado.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que cria o Programa de Financiamento da Casa Própria Rural e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Aprovada a emenda. Projeto: aprovado.

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 253/2002, de autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães Nossa Senhora Aparecida da Comunidade Santa Rosa do Ocoi, com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

Projeto: aprovado.

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 509/2002, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Bairro dos Gonçalves, com sede e foro no município de Goioerê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

Projeto: aprovado.

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 587/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Vicente Leporace - Educação Ensino Fundamental e Médio, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Aprovada a emenda.

Projeto: aprovado.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/2002, de autoria do Tribunal de Contas que cria cargos na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Existe sobre este projeto, Emenda de Plenário e nós o devolvemos à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 630/2002, de autoria do Poder Executivo- Mensagem nº 038/2002, dispondo que o valor do soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná, será fixado, para cada posto ou graduação, com base no posto de Coronel e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO.

Antes, devemos votar o requerimento que transforma esta Sessão e dispensa interstício, para que possamos fazer novas Sessões, ainda hoje, em relação ao referido projeto.

Requerimento nº 2280 de Sessão anterior, de autoria do deputado Marcos Isfer, devidamente apoiado por mais de 25 senhores deputados, solicitando a transformação em Comissão Geral e quebra de interstício para a votação do Projeto de Lei nº 630/2002 - Soldo da PM, bem como o Projeto de Lei nº 503/2002 - TC. **Aprovado o requerimento.**

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário, com número de 06 (seis) de autoria de diversos deputados, devidamente apoiados, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 630/2002

Dá nova redação ao artigo 6º do Projeto de Lei nº 630/2002.

“Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o item 3 do artigo 78 e itens 1 e 2 do artigo 93 da Lei nº 6.417/73, e demais disposições em contrário”.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Cezar Silvestri, Waldyr Pugliesi, Edson Strapasson, Ademir Bier e Ricardo Chab.

JUSTIFICATIVA:

O texto visa equacionar o dispositivo às necessidades da sociedade de uma justa remuneração aos membros da força de segurança pública, disciplinando as formas de pagamento e outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, Nº 02

Suprima-se o Parágrafo Único do artigo 2º.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoioamento:

Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Edson Strapasson, Waldyr Pugliesi, Luciana Rafagnin, Ademir Bier e Ricardo Chab.

JUSTIFICATIVA:

O texto visa equacionar o dispositivo às necessidades da sociedade de uma justa remuneração aos membros da força de segurança pública, disciplinando as formas de pagamento e outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 03

O Parágrafo Único do artigo 2º do Projeto de Lei nº 630/2002, passa a ter a seguinte redação:

§ 2º - A implantação dos valores relativos aos índices da Gratificação Policial Militar Especial, de que trata este artigo, será efetivada em parcela única a ser paga em 1º de dezembro de 2002.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) RICARDO CHAB

Apoioamento:

Renato Gaúcho, Eli Ghellere, Serafina Carrilho, Edson Strapasson e Pastor Edson Praczyk.

EMENDA DE PLENÁRIO, Nº 04

O Parágrafo Único do artigo 1º do Projeto de Lei nº 630/2002, da Mensagem nº 038/2002 do senhor gover-

nador do Estado do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - ...

Parágrafo Único - A implantação dos valores relativos aos índices de gratificação Policial Militar Especial, de que trata este artigo, será efetivada em uma única parcela.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoioamento:

Ademir Bier, Orlando Pessuti, Edson Strapasson, Waldyr Pugliesi e Caíto Quintana.

JUSTIFICATIVA:

A proposta do Exmo. Sr. Governador do Estado pela Mensagem nº 038/2002, em seu parágrafo único do artigo 1º, prevê a implantação em 03 (três) parcelas, sendo a primeira a partir de 1º de janeiro de 2003, a segunda a partir de 1º janeiro de 2004 e a terceira a partir de 1º de janeiro de 2005.

Trata-se, senhores deputados, de intenção do senhor governador, de uma longa barreira de mais de 03 (três) anos para a conclusão do aumento para os policiais militares, inclusive com dúvida quanto à posição do próximo governo a ser eleito no próximo dia 06 de outubro.

Por esta razão, esperamos o apoio dos nossos colegas para repararmos tamanha disparidade.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 05

Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 2º do Projeto de Lei nº 630/2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - ...

Parágrafo Único - A implantação dos valores relativos aos índices da Gratificação Policial Militar Especial, de que trata este artigo, serão efetivadas em três parcelas, sendo a primeira: a partir de 1º de janeiro de 2.003, a segunda a partir de 1º de maio de 2003 e a terceira a partir de 1º de setembro de 2003, modificando os anexos III, IV e V para o exercício de 2003.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(aa) CEZAR SILVESTRI E MARCOS ISFER

Apoioamento:

Luciana Rafagnin, Ademir Bier e Serafina Carrilho.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 06

Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 2º do Projeto de Lei nº 630/2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - ...

Parágrafo Único - A implantação dos valores relativos aos índices da Gratificação Policial Militar Especial, de que trata este artigo, serão efetivadas em parcela

única no exercício de 2.003, modificando os anexos do presente texto legal.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(aa) CEZAR SILVESTRI E MARCOS ISFER

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Ademir Bier e Serafina Carri-
lho.

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 630/2002

Art. 1º - O valor do soldo dos integrantes da Polícia Militar do Paraná será fixado, para cada posto ou graduação, com base no soldo do posto de coronel cujos índices e valores atualmente vigentes são os constantes do anexo I do presente texto legal.

Art. 2º - A Gratificação Policial Militar Especial de que trata o artigo 89, item 3º, da Lei nº 6.417 de 03 de julho de 1973, com a redação dada pela Lei nº 11.366 de 26 de abril de 1996, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação, passam a ter os índices constantes do anexo II do presente texto legal.

Parágrafo Único - A implantação dos valores relativos aos índices da Gratificação Policial Militar Especial, de que trata este artigo, será efetivada em 03 (três) parcelas, sendo a primeira: em 1º de janeiro de 2.003, a segunda em 1º de julho de 2.003 e a terceira em 1º de janeiro de 2.004, na proporção de 34% (trinta e quatro por cento), 33% (trinta e três por cento) e 33% (trinta e três por cento), respectivamente.

Art. 3º - O item 4 do artigo 13 e “*caput*” do artigo 19, da Lei nº 6.417, de 13 de julho de 1973, passam a ter a seguinte redação:

Art. 13 - O policial militar, pelo efetivo exercício de suas funções, fará jus as seguintes gratificações:

4 - Gratificação pelo efetivo exercício de função com risco de vida, que será calculada sobre o valor do soldo do respectivo posto ou graduação na proporção de 1/3 (um terço ou 33,33%).

Art. 19 - A Gratificação de Tempo de Serviço, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação é devida ao policial militar.

Art. 4º - Aplicar-se-á aos proventos e às pensões as alterações contidas nesta lei, sendo extensivo na mesma proporção eventual reajuste concedido ao policial militar em serviço ativo.

Art. 5º - Constatada a redução de remuneração, de proventos ou de pensões, decorrentes da aplicação desta lei, o valor da diferença será pago a título de vantagem pessoal, nominalmente identificada.

Parágrafo Único - Ao valor da diferença prevista no *caput* do artigo, serão aplicados eventuais ajustes concedidos.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no parágrafo do artigo 2º desta lei, revogando-se o item “3” do artigo 78 e itens 1 e 2 do artigo 93 da Lei nº 6.417, de 13 de julho de 1973, que trata do adicional de inatividade e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) ALGACI TULIO

EMENDAS AO SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 630/2002

P A R E C E R :

Encaminhando-se o Substitutivo Geral e as emendas apresentadas ao presente projeto de lei, temos que:

Emendas 01 a 06 - não devem ser acolhidas, pois ficam prejudicadas com relação a vigência dos efeitos financeiros, constante do parágrafo único do artigo 2º - do Substitutivo Geral, que tem o acolhimento desta Comissão.

O parecer é contrário ao acolhimento das emendas, e favorável ao Substitutivo Geral.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) ALGACI TULIO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 630/2002

P A R E C E R :

Para exame desta Comissão o projeto de lei da iniciativa do senhor chefe do Poder Executivo que dispõe sobre o valor do soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná.

O projeto de lei em tela, conforme esclarece a Mensagem Governamental nº 032/2002, é resultado de estudos conjuntos realizados pelo Comando da Polícia Militar, Secretarias de Estado, da Segurança, da Cidadania e Justiça e da Administração e Previdência e Parana-previdência, com o fim de corrigir as deturpações criadas pelas distorções judiciais, e ainda alterar a redação de dispositivos da Lei nº 6.417, de 03/07/73 (Código de Vencimentos e Vantagens da PMPR).

A Exposição de Motivos do Comando Geral da Polícia Militar, relativo à Proposta de Alteração da Lei nº 6.417/73, ratificada pelo senhor chefe do executivo, Jaime Lerner, diz bem da necessidade do presente projeto de lei quando afirma que “a hierarquia e a disciplina militar foram sensivelmente abaladas por decisões provenientes do Judiciário que, num primeiro momento, provocado por alguns militares para analisar as alterações legislativas havidas no índice da gratificação policial militar especial e na tabela de escalonamento, reconheceu que a Administração Estadual, à época, teria ofendido, através dessas alterações legislativas, o princípio constitucional da irredutibilidade de vencimentos, determinando que o índice da gratificação policial militar especial fosse calculada com esteio em legislação revogada. Posterior-

mente, tal entendimento foi corrigido pela mais alta Corte do Judiciário Nacional, o Supremo Tribunal Federal.

Entretanto, restaram algumas decisões judiciais acobertadas pelo manto da coisa julgada e que ainda favorecem uma pequena parcela de militares, o que fez surgir um clima de desarmonia, notadamente de natureza remuneratória, entre os membros da Corporação. Urge que tal situação seja corrigida, através do presente anteprojeto de lei, sob pena de se agravar, cada vez mais, o descontentamento e desmotivação da Tropa.”

Acompanhando há muito tempo a situação enfocada pelo Comando Geral da PM, ressaltamos que as medidas ora tomadas, além da correção de ordem legal, virá contribuir, no que respeita aos índices da Gratificação Policial Militar Especial para todos os postos e graduações, respeitando a coisa julgada e recompondo a estrutura funcional e hierárquica prevista no Estatuto da PMPR, e ao restabelecimento do plano de carreira e a ascensão funcional regular, para resgatar o moral da Tropa.

Todavia, conhecendo a real necessidade dos milicianos, pelos estudos e análises desenvolvidos pelas entidades de classe da Corporação, e após a devida análise do presente projeto de lei, chegou-se a conclusão de que algumas emendas se fazem necessárias para o aperfeiçoamento do Projeto e sua melhor aplicação.

No Parágrafo Único do artigo 2º, cabe Emenda Modificativa (nº 01) do parágrafo, estabelecendo nova forma de parcelamento dos efeitos financeiros, decorrentes das negociações entre representantes do Governo do Estado e das entidades representativas dos milicianos paranaenses.

No artigo 5º cabe Emenda Aditiva (nº 02) com a finalidade de dar cumprimento aos postulados do direito adquirido, do ato jurídico perfeito, da coisa julgada e atendendo o princípio constitucional da irredutibilidade - artigo 37, XV, da CF.

No seu aspecto legal e no administrativo, como se verifica pelo processado, o projeto seguiu todos os trâmites regimentais, contando com os pareceres favoráveis dos órgãos nele envolvidos, especialmente as Secretarias já citadas, nas quais se analisou devidamente seus aspectos constitucionais. Nesse sentido não vemos nenhum óbice ou restrição a fazer.

O relator não pode deixar de constatar que o projeto de lei ao se materializar somente com o propósito de corrigir distorções, em momento algum representa aumento ou qualquer benefício a parcela significativa dos integrantes da reserva remunerada, que permanecem na mesma situação em que estavam há sete anos atrás, sem reajustes ou correções de qualquer natureza. Por esta razão propugna pela atenção governamental que deve atentar para este fato e corrigi-lo numa próxima oportunidade, uma vez que os integrantes da reserva remunerada sentem-se forçados a sublimar suas próprias aspirações, neste momento, de forma a possibilitar que as correções emergenciais constantes deste projeto sejam viabilizadas,

Frize-se que à análise do relator também não passou despercebido o fato de que se está criando dois estamentos de coronéis: os que foram para a reserva na vigência da Constituição Federal pré- Emenda nº 19/98 e os pós-Emenda, porque entre eles o presente projeto impôs divergência remuneratória fazendo com que estes passem a perceber menos que aqueles. Assim estabelece tratamento desigual entre iguais, o que vem criar nova distorção, incompreensível para uma lei cuja finalidade é justamente corrigir as distorções salariais existentes dentro da Polícia Militar do Paraná.

Ressalte-se que a solução para estes problemas somente poderá ser da iniciativa do Executivo pois este relator reconhece que não há caminho, via Legislativo, que ofereça condições de solucioná-lo sem alterar numericamente a proposta em apreciação e sem incorrer em inconstitucionalidade.

Este deputado e relator sempre propugnou pela necessidade de medidas como as aqui adotadas, embora reconhecendo que não se trata de aumento de vencimentos e tampouco atende plenamente as aspirações dos policiais militares, no entanto, considerando a difícil situação da segurança pública no Estado e no País, corrige e minora significativa parcela dos problemas e preocupações que afligem os profissionais da área. Aprovando o projeto, com as modificações propostas, estará o Poder Legislativo contribuindo para melhorar as condições de segurança da população paranaense.

O parecer é favorável.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 630/2002
EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 01

P A R E C E R :

O Parágrafo Único, do artigo 2º passa a ter a seguinte redação:

“Parágrafo Único - A implantação dos valores relativos aos índices da Gratificação Policial Militar Especial, de que trata este artigo, será efetivada em três parcelas, sendo a primeira a partir de 1º de janeiro de 2003, a 2ª a partir de 1º de julho de 2003 e a 3ª a partir de 1º de janeiro de 2004, na proporção de 34% (trinta e quatro por cento), 33% (trinta e três por cento) e 33% (trinta e três por cento) respectivamente”.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Sérgio Spada, Geraldo Cartário, Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

O dispositivo em questão que ora se modifica, resulta de entendimentos mantidos entre as Classes Representativas dos Policiais Militares e representantes

do Governo para que possa a Classe ser contemplada com os direitos previstos no presente Projeto. Embora esse procedimento não represente um tratamento igualitário ao que foi dado para matérias similares que esta Casa de Leis apreciou em relação a correções salariais referentes a outras categorias de servidores públicos, isso decorre das limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo fato de tratar-se de uma das maiores categorias de servidores do Estado.

Há mais de dois anos o governo estadual assumiu compromisso formal, em documento (cópia anexa), assinado pelo senhor Secretário de Segurança, da Justiça e da Cidadania, com a categoria policial militar de que, a partir de fevereiro de 2001 estaria iniciando os procedimentos relativos à isonomia salarial. O que tão somente nesta ocasião - setembro de 2002 - está acontecendo.

A distribuição proposta de parcelamento dos valores relativos aos índices da Gratificação Polícia Militar Especial, entende-se, virá proporcionar a este governo condições de dar o tratamento possível aos integrantes da PMPR em relação ao já dispensado a outras categorias.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 630/2002
EMENDA ADITIVA DE Nº 02

Adite-se ao artigo 5º do Projeto, o seguinte Parágrafo Único:

“Parágrafo Único - Ao valor da diferença prevista no *caput* do artigo, serão aplicados eventuais reajustes concedidos”.

Sala das Comissões, em 23.09.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A emenda proposta visa dar cumprimento aos postulados do direito adquirido, ato jurídico, perfeito e da coisa julgada, uma vez que à falta dessa adição pode se inferir que a diferença seria absorvida e anulada com o passar do tempo, sem a previsão de reajuste. Isso ocorrendo, além da violação dos postulados já expressos, também seria violado o princípio constitucional da irredutibilidade de salário, conforme dispõe o artigo 37, XV, da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Como há emenda de Plenário, passo ao relator deputado Algaci Tulio.

Com a palavra o relator designado por essa presidência, que o projeto está em Comissão Geral, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados, senhores Oficiais da Polícia Militar, senhores componentes da base da nossa gloriosa Corporação da Polícia Militar, senhoras esposas de militares.

Esta Casa vota uma matéria importantíssima para a Corporação da Polícia Militar, cujos desdobramentos vem ocorrendo há mais de quinze dias a partir do momento que esta Casa recebeu a mensagem do governador do Estado do Paraná. E tão logo essa mensagem veio para a Assembléia, nós que fomos indicados pela Presidência para sermos o relator da matéria, procuramos ouvir todos os segmentos da Polícia Militar, no sentido de podermos exarar um parecer que viesse a contento de todos os segmentos. Não quero entrar no aspecto político da matéria senhor presidente, não cabe a esse parlamentar. Se a matéria é boa, se a proposta é boa ou não. Cabe a esse parlamentar dentro da legalidade e da constitucionalidade expor aqui nesse plenário, ao crivo dos senhores parlamentares em situação de Oposição, àquilo que está no meu entendimento, àquilo que representa na verdade, e isso nós consolidamos hoje pela manhã esse entendimento com os vários segmentos.

Estão aqui nesse momento, senhores deputados. Hoje pela manhã V. Exa. teve um encontro com o Comando Geral da Polícia Militar, com um Grupo de Oficiais. Na semana passada nós tivemos também o mesmo encontro, mas desde a semana passada, estamos fazendo o estudo da melhor maneira que seria possível este parecer.

E aqui está o tenente coronel José de Paula Betes, comandante do Terceiro Batalhão; o tenente coronel Ubiratan Ribeiro Borgado, comandante do Batalhão Metropolitano; major Valmir Paris do Amaral, respondendo pelo Regimento de Polícia Montada; major João Ramires Junior, Ajudância Geral da Polícia Militar; major Carlos Alexandre Cheremetta, comandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças; dentre outros oficiais que aqui estão acompanhando esta Sessão Plenária.

Aqui estão também representadas as entidades que fazem a seqüência da Polícia Militar fora do quartel da Polícia Militar; a Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas AMAI, representada por seu presidente coronel Eliseu Ferraz Forquim; a Associação da Vila Militar da Polícia Militar do Paraná - AVM, representada por seu presidente coronel Abelmídio Sá Ribas; está também o Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Paraná, representada pelo seu presidente tenente coronel Nemésio Xavier; aqui está também a Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Paraná, representada pelo 1º sargento Elídio Donizete Rodrigues; aqui está a Associação Beneficente dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Paraná representada também; e aqui está o Centro Integrado do Movimento das Esposas dos Policiais Militares - Simepom, representada pela Lúcia Maria Ferreira Sobral e pelas suas demais companheiras, que têm acompanhado desde o ano passado já toda essa problemática em relação a questão da Polícia Militar.

Portanto, senhor presidente, depois de dadas essas explicações gostaria de ter sido indicado para ser o relator dessa matéria, e tendo o acompanhamento de vários ofi-

ciais da ativa e inativa, pudemos fazer aquilo que foi possível, talvez até não aquilo desejado pela corporação. Num primeiro instante, e na última terça-feira, pretendia este relator apresentar um relatório acolhendo cinco emendas, e dentre elas a que suprimia parcelamento. No entanto, não era a forma como o líder do Governo e o próprio governo aceitavam, porque na verdade o nosso primeiro relatório fugiria de qualquer ilegalidade e de qualquer inconstitucionalidade, mas no entanto ele não dava os percentuais, ele não falava dos parcelamentos: Aprovado este relatório, esse meu projeto da CCJ, ele iria dar condições ao futuro governo, ou esse mesmo governo ainda teria esta possibilidade, de que estando dentro dos 49% do que podem gastar com o pessoal, e havendo folga à medida em que a arrecadação melhorasse, à medida em que de repente os títulos que o governo está negociando, os títulos que foram até votados por esta Assembléia, os precatórios fossem vencendo e o governo negociando, daria possivelmente, segundo estudo que poderia representar um aumento de folha de pagamento, um aumento de arrecadação, haveria quem sabe uma folga para o governo, à medida que este governo e o futuro governo, à medida que fosse dando sobra a quem dos 49%. O governo iria começar então destinar o percentual para a Polícia Militar. Era um risco? Era um risco. Mas era um risco dentro da legalidade e dentro da constitucionalidade.

No entanto, não foi, ao apresentar este substitutivo à Liderança do Governo, foram colocadas várias observações e que certamente não seria do agrado, e portanto não passaria em Plenário.

Bom, há um desejo da corporação de ver algum resultado, senão não estariam em peso aqui hoje no Plenário. Qual foi a saída que este relator, mais o presidente da Assembléia, do líder do Governo, e do entendimento com os deputados da Oposição? Encontrarmos uma saída em que, aprovando uma lei, os senhores da corporação da Polícia Militar aguardarão para janeiro do ano que vem, para julho do ano que vem e para janeiro de 2004 a possibilidade de ver atendido pelo governo que entra, seja ele quem for, essas reivindicações. Além do que também possibilitará um entendimento político entre a corporação e os dois candidatos que ficarem para o segundo turno, terá que haver uma negociação, onde aprovado em Plenário este meu substitutivo geral vai fazer com que o próximo governo venha cumprir ou não - a lei é discutível, toda lei é discutível - o Executivo tem todas as garantias de buscar na justiça tudo aquilo que achar que não esteja de acordo, mas haverá possibilidade pelo menos.

Foi aquilo que falei agora há pouco: entre ter dois passarinhos na mão e não ter nenhum, é melhor ter um. É melhor ter a lei aprovada, para poder ter um instrumento na mão para discutir depois com o futuro governador.

Nesse sentido, acolhendo duas emendas, não só de minha autoria, mas assinada por vários parlamentares, e não acolhendo as emendas que foram colocadas em Plenário é que dou o meu parecer, senhor presidente.

(Lê o parecer)

Desta forma, é o parecer, o substitutivo que coloco aqui, acolhendo as duas emendas, a nº 1 e a nº 2 e as demais ficam prejudicadas em função desse substitutivo.

É o parecer favorável, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Está em discussão o parecer do nobre deputado Algaci Tulio.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem, senhor presidente!

Senhor presidente, questiono o nobre relator, ele deu o parecer, falando do substitutivo geral, mas quais são as Emendas 1 e 2, porque me parece que anteriormente o senhor já havia considerado prejudicadas, não por serem emendas do deputado Orlando Pessuti, mas pelo que entendi estariam prejudicadas. E agora no final, houve um pequeno equívoco.

O SR. ALGACI TULIO

Fica valendo, senhor presidente, atendo ao líder do Governo, a Emenda Modificativa, que é de autoria desse relator e demais parlamentares, que trata do parcelamento e a Emenda nº 2 que trata do valor da diferença prevista, no *caput* do artigo que serão aplicadas, eventuais reajustes concedidos.

São as duas emendas de autoria também desse parlamentar, desse relator e demais parlamentares que estão contidas no substitutivo, senhor presidente.

O SR. RICARDO CHAB

Pela ordem, senhor presidente!

Senhor presidente, há a Emenda de nº 3, de minha autoria, e pediria ao senhor relator que se manifestasse sobre ela, visto que tenha, a meu pedido, destaque na emenda.

A Mesa recebeu o pedido de destaque da minha emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Está sobre a mesa o requerimento.

O SR. RICARDO CHAB

Só para saber se o relator apreciou ou não a minha emenda.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, todas elas foram apreciadas, no entendimento do relator todas estão prejudicadas em função do meu substitutivo apresentado, que já está com as alterações previstas.

O SR. RICARDO CHAB

Pela ordem, senhor presidente!

Gostaria que ele citasse as emendas que foram desprezadas, para que todos tomassem conhecimento, senão

fica muito vago uma discussão ampla e aberta como estamos tendo na Sessão como essa.

A minha emenda, por exemplo, deixa claro para que o governo dê reajuste até 1º de dezembro. O percentual que o governo puder dar e deixe que o próximo governo assuma a responsabilidade de conduzir o destino da Polícia Militar!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Pela ordem, senhor presidente!

Quería pedir ao relator da matéria que me orientasse: se esse substitutivo foi aclamado por toda a Polícia Militar e pelas senhoras que representam também a classe da Polícia Militar.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, falei no começo já, que era um acordo feito na ante-sala, em que houve entendimento de todas as entidades que estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Gostaria que V. Exa. citasse as entidades que estão envolvidas no entendimento.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Quería saber se as senhoras dos policiais militares concordam com o substitutivo?

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, peço à assessoria que levou, está junto aí o nome das entidades.

Mas, quero citar as emendas que não foram acolhidas, por estarem prejudicadas: a Emenda Modificativa nº 1, do deputado Orlando Pessuti, assinada pelos demais parlamentares, que altera entrar em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o item 3 do artigo 78 que trata do artigo 2º em relação ao escalonamento; a Emenda nº 2 do deputado Orlando Pessuti que suprime o parágrafo 1º do artigo 2º. Também trata do parcelamento, assinado por vários deputados.

A Emenda nº 3, de autoria do deputado Ricardo Chab e demais parlamentares, a implantação dos valores relativos aos índices da gratificação do policial militar especial, de que trata esse artigo, será efetivada em parcela única a ser paga em 1º de dezembro de 2002.

A Emenda nº 4, dá nova redação ao parágrafo único do artigo 1 do projeto, do artigo 2º. A implantação do valor relativo aos índices de gratificação do policial militar, também será efetivada em uma única parcela, deputado Antonio Anibelli e demais parlamentares.

A Emenda nº 05, de autoria do deputado Cezar Silvestri e demais parlamentares, também dá nova redação ao artigo 2º do projeto de lei que fala em três parcelas, sendo a primeira a partir do dia 1º de janeiro de 2003, a segunda a partir do dia 1º de maio de 2003 e a terceira a partir do dia 1º de setembro de 2003.

E a Emenda nº 06, de autoria dos deputados Marcos Isfer, Cezar Silvestri e demais parlamentares, que trata também no parágrafo único: a implantação dos valores relativos aos índices de gratificação de policial militar especial - de que trata este artigo - será efetivada em parcela única no exercício de 2003.

Todas essas emendas estão prejudicadas em função do meu substitutivo.

Referendo aqui, mais uma vez, as entidades: AMAI - Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas, que está representada aqui pelo coronel Eliseu Ferraz Forquim; AVM - Associação da Vila Militar da Polícia Militar do Paraná, aqui representada pelo coronel Abelmídio Sá Ribas; COPM - Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Paraná, representado pelo tenente-coronel Nemécio Xavier; SBSS - Sociedade Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Paraná, representada pelo 1º sargento Elídio Donizete Rodrigues; ABCS - Associação beneficente dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Paraná e o Centro Integrado do Movimento das Esposas dos Policiais Militares, o "Cimepon", representado pela senhora Lúcia Maria Ferreira Sobral que, inclusive, participou, antes do reinício da Sessão, das negociações e dos entendimentos, senhor presidente.

Além do que, a presença de oficiais aqui parece-me que dá o respaldo a esse nosso substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem ainda, com a palavra o deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Gostaria que o senhor me respondesse se a dona Lúcia concordou com o substitutivo de V. Exa.

O SR. ALGACI TULIO

Foi uma acordo feito agora, há alguns instantes, antes de reiniciarmos os trabalhos da Assembléia.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Se ela concordou, então eu voto com ela.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para discutir, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, eu quero - embora sabendo dos entendimentos havidos - mais uma vez colocar aqui a minha posição contrária a esta fórmula que está sendo proposta pelo deputado Algaci Tulio. Não que ela não seja uma fórmula que venha de encontro aos interesses da Polícia Militar, até porque quem esperou durante oito anos, ou melhor, durante sete anos, oito meses e vinte e três dias, certamente que haverá de se contentar com a perspectiva de, no decorrer do próximo ano, que as suas reivindicações possam vir a ser atendidas. mas eu não

posso, evidentemente, aceitar como a melhor alternativa essa de que mais vale um passarinho na mão do que dois passarinhos voando. Porque pode ser que esse passarinho na mão seja um passarinho enfermo, possa ser um passarinho contaminado pelo vício da constitucionalidade e da legalidade e que esse passarinho venha a perecer a qualquer momento, enquanto aqueles dois passarinhos que possam estar voando em direção ao segundo turno possam se transformar em um passarinho sadio em um veredicto decisório das eleições e este passarinho, sim, concretizar de forma sadia e verdadeira aquilo que é anseio da corporação.

O que nós estamos fazendo aqui e que a corporação, através das lideranças relatadas pelo deputado Algaci Tulio, nós estamos simplesmente limpando a “barra” de S. Exa. o governador Jaime Lerner, que nada fez até agora e que nada está fazendo, porque caridade com chapéu alheio não serve para quem trata a coisa com seriedade e sem os oportunismos que esse governo costumemente adotou.

Mas, se essa é a vontade da corporação, se essa é a vontade de todos, quem seria o Pessuti aqui para contrariar vocês?

Agora, não venham depois, evidentemente, dizer que não foram alertados, porque, infelizmente, o que esse governo está propondo é a caridade com o chapéu alheio, esta dando e não está entregando. E, certamente, esses quarenta, cinquenta milhões de reais que deixarão de ser repassados aos policiais militares do Paraná, certamente, serão torrados, quem sabe, até de forma irresponsável como em outras ocasiões, para tentar mais uma vez iludir o povo do Paraná, quem sabe, fazer prevalecer uma vontade que não existe, hoje, para se vencer uma eleição de forma não tão responsável como já aconteceu outrora quando também de forma, aí sim, oportunista, baixou o pedágio em 50% a dois meses da eleição e depois aumentou esse pedágio em 116%.

Então, essas coisas precisam ficar bem claras. Lamento que o relator, deputado Algaci Tulio, não tenha conseguido nas suas negociações, incorporar a nossa emenda, porque essa, sim, era, a exemplo da emenda do deputado Anibelli, a exemplo da emenda do deputado Chab, e que foram firmadas não só por nós, mas pelo conjunto de parlamentares da Oposição, emendas verdadeiras, porque se dava alguma coisa e se entregava. O que está se propondo aqui é dar alguma coisa e não se entregar, deixar para depois, que os próximos governantes venham aplicar.

E me parece também, me perdoe, deputado Algaci Tulio, que a redação que está sendo proposta por V. Exa. não assegura, me permita deixar isso claro, não assegura que isso venha a ser implantado, porque quando diz: a partir de janeiro de 2003, ou a partir pode ser em janeiro de 2019. A partir de junho de 2003, ou a partir pode ser lá em 2030. Então, esse “a partir”, me parece, não soa bem do ponto de vista de boa técnica legislativa e também me parece que não vai assegurar coisa alguma. A nossa

emenda assegurava, mas como as instituições, as entidades entendem que deve ser a partir do ano que vem, eu me curvo e, evidentemente, acato a decisão da maioria desta Casa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

Temos hoje a Casa lotada com a presença maciça da nossa gloriosa Polícia Militar, aqui os seus comandantes, boa parte dos representantes da nossa corporação.

Senhor presidente, a segurança pública de uma sociedade é fato extremamente importante e decisivo para a segurança das famílias, do patrimônio, para a tranquilidade da convivência no seio da sociedade e ela não pode ser tratada como vem sendo tratada por esse governo. Já disseram aqui do prazo sem nenhum aumento sem nenhuma correção, o prazo que hoje soma sete anos, oito meses e vinte e três dias para receber um aceno do governo que está há oito anos e que está para concluir o seu mandato a exatamente 70 dias. Ora! Quem teve oito anos, praticamente, de governo e agora faltando 70 dias para concluir o mandato, vem e propõe um aumento escalonado a extrapolar o seu período de 08 anos, entrando em 2003, 2004, 2005, não está de forma alguma trazendo uma proposta séria, uma proposta que visa construir a segurança da nossa sociedade e, muito menos, a segurança daqueles que prestam este relevante serviço à nossa comunidade paranaense.

Quando encaminhou para cá a lei aí ele alega - o governo - que não teve e que não tem condições em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, ora, nesse sete anos será que não teve tempo de olhar a Lei de Responsabilidade Fiscal? Não teve a oportunidade de reduzir os custos com mídia, com propaganda, com carros alugados superfaturados e permitir que isso fosse corrigido, isso fosse repassado em benefício à nossa segurança em termos de salário?

Agora propõe um aumento que não vai dar, propõe um aumento que vai ser de responsabilidade de outrem, que nós não sabemos qual será o governo. Como disse o Pessuti, não é deputado Algaci Tulio, com todo o meu respeito, V. Exa. que é um deputado atuante, que sempre buscou conciliar os interesses da corporação militar com os interesses da sociedade, é um batalhador, respeito-o muito e acho que foi colocado, a meu ver, numa posição ingrata num final de mandato, porque relatar algo que tem na sua origem jurídica, é evidentemente um pecado que faz contra o seu mandato pontuado sempre de muito estudo, muita dedicação e muita atenção para com todos

os pareceres e toda a participação plenária e de comissão que V. Exa faz.

Quando o governo e a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal citada aqui pelo líder do Governo e pelos próceres do governo, ela exige que quando tem que suprimir receita ou que tem que fazer uma despesa, a forma de pessoal nós precisamos encaminhar o impacto financeiro que provocará na folha de pagamento.

Este impacto financeiro não veio em nenhum dos momentos, nem dos policiais civis, mas aquela a asa assimilou sem grandes problemas, por quê? Porque aquela o governo estava dando de imediato e então a Casa não tinha, e muito menos a Oposição, nenhuma preocupação em questionar, porque o erário público resistia àquele aumento.

Agora, foi dado o aumento para a Polícia Civil, aos auditores da Receita e foram feitas outras correções e nós não conhecemos o impacto na folha de pagamento, nós não sabemos se vai atingir o índice de 49% e o que gostaríamos de deixar bem claro às lideranças da Polícia Militar e que talvez não saibam, e aí é importante que saibam para que depois, no futuro, se tivermos a felicidade, nós outros de estar aqui, fomos avisados. Se em 1º de janeiro a folha de pagamento, em fruto desses aumentos, com certeza, derem o impacto acima de 49% não terão aumento no seus holerites. Isto é que precisa deixar bem claro, por quê? Porque não se pode deixar o circo do governo nas vésperas de eleição para mais uma vez enganar a Polícia Militar do Estado do Paraná, assim como enganou a sociedade no pedágio e tantas outras iniciativas.

O que diz a lei? Estou fazendo uma colocação eminentemente técnica da Lei de Responsabilidade Fiscal e por isso nós dissemos que a vinda desta lei para cá é uma lei viciada e daí os meus pesares pelo deputado Algaci Tulio relatá-la - também é nulo de pleno direito o ato que resulte aumento de despesa com pessoal expedido nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo poder ou órgão, referido no artigo 20. Isto é, todo o aumento que exceder aos 49%, concedido 180 dias antes do término do mandato, não terá condições de ser efetivado. O governo não encaminhou para cá o impacto da folha. Porque tenho a certeza de que se ele encaminha o impacto, desnudaria a proposta que está sendo colocada aos policiais. Diz mais o artigo 22, parágrafo único: "se a despesa total com pessoal, exceder a 95% do limite, serão vedados ao poder ou órgão, referido no artigo 20, que houver incorrido no excesso. Primeiro: concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal.

O que estamos votando, aqui, senhor presidente, senhoras e senhores deputados? Estamos votando uma lei. Se, a liderança da família miliciana vier a esta tribuna e disser que concorda mesmo assim, podem ter certeza que a Oposição não será o embaraço. A Oposição vai votar até por respeito à corporação, de oito anos sem

aumento. Não seria a Oposição, que em todos esses anos lutou junto com o funcionalismo público, para que tivesse melhor remuneração e menos gastos em mídia, em Jogos Mundiais da Natureza e em carros alugados.

Por isso estaremos votando, depois, que a liderança da família miliciana vier aqui e dizer que concorda. Não queremos no futuro ser apontados e que digam: você - se eu, o Caíto, todos nós, tivermos a felicidade de estarmos aqui, senhor deputado, estava lá e não nos alertou. O senhor estava lá, sabia e ficou mudo. Não quero passar pelo crime da omissão. Não. Ainda mais com um segmento do nosso funcionalismo, que há oito anos não recebe aumento. Não é justo em período pré-eleitoral, usarmos as galerias, apenas para montar o circo nesse momento.

Aqui, fica a nossa colocação - precisava-se ter o impacto da folha, para que acompanhássemos. E só para saber se, efetivamente, teríamos condições legais - não é nem vontade política - de fazer o aumento.

Concedo um aparte ao deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana

Como V. Exa. fez a ressalva - quero deixá-la clara, porque procuro acompanhar as ações de constitucionalidade dos nossos projetos. Tenho as minhas dúvidas muito grandes sobre ele. Sei que isso vai gerar impasses na frente. Mas vamos acompanhar aquilo que o conjunto da classe está pedindo. Disse V. Exa. com clareza, que não somos nós que vamos votar contra, hoje, para que amanhã acusem a nós, exatamente, por ter sido omissos nesse instante.

Então, vamos votar a favor. Tenho sérias preocupações sobre a forma que esse projeto está sendo votado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Para concluir, senhor presidente, é perigoso o governo jogar sobre a Oposição, a culpa de não ter dado aumento nos últimos anos. Daí a nossa disposição em fazer a votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra, pela ordem, ao deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Eu ouvia a interpelação do deputado Pessuti e a sua preocupação, que acho válida, com relação à redação do substitutivo geral do deputado Algaci Tulio, quando diz: a partir de janeiro, a partir de junho, a partir de dezembro.

Como ainda não votamos o substitutivo, gostaria de solicitar a V. Exa., se é regimentalmente possível, colocarmos a palavra até janeiro, até junho e até dezembro. Se for possível, eu pediria ao deputado Algaci Tulio que alterasse ainda no substitutivo, antes de votarmos, para corrigirmos esta falha.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Como está na fase de discussão é totalmente possível. Por isso o deputado Algaci Tulio já fez a correção e quer colocar aos senhores parlamentares.

O SR. ALGACI TULIO

Peço a palavra e agradeço a interpelação do deputado Pessuti e do deputado Cezar Silvestri. Na verdade, reproduzimos o conteúdo da mensagem governamental e na verdade ela não é uma boa técnica legislativa, nós estamos alertando então: “parágrafo único: a implantação dos valores relativos aos índices da gratificação policial militar especial de que trata este artigo será efetivada em três parcelas, sendo a primeira em 1º de janeiro de 2003, a segunda em 1º de julho de 2003 e a terceira em 1º de janeiro de 2004, na proporção de 34%, 33%, respectivamente”.

Valem as rasuras já assinadas aqui pelo relator, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Continua em discussão o parecer.

Deputado Neivo Beraldin, pela ordem.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados.

O deputado José Maria Ferreira fez uma colocação aqui bastante pertinente, porque ela está baseada na Lei de Responsabilidade, lei esta que determina a administração pública brasileira.

Na nossa visão, o deputado José Maria Ferreira tem toda a razão quando solicita do líder do Governo, a explicação do impacto da folha, tendo em vista que a lei determina 49%, e tendo em vista que na nossa ótica, o governo tem gasto muito com os terceirizados, e na nossa ótica o governo poderia diminuir os cargos em comissão, cortar altos salários que tem dentro da folha. Gostaria de solicitar então, ao líder do Governo, para que nos explique qual é o impacto da folha e quanto o governo está gastando hoje com a folha de pagamento; porque fácil é anunciar, o difícil é pagar.

Estamos de acordo com o aumento da Polícia Militar, estamos, como disse o deputado José Maria Ferreira, o Pessuti, o Caíto e todos aqui da Oposição, estamos de pleno acordo em dar ganhos à Polícia Militar.

Mas gostaríamos que o líder do Governo, como dever de ofício, falasse em nome do governo, quanto é que tem hoje de compromisso a folha, quanto é que folha compromete da receita hoje, para que a sociedade paranaense tome conhecimento da real situação ou da real possibilidade do governo em dar esse aumento ou não.

Por isso, acho que o líder do Governo pode perfeitamente explicar essa situação, afim de que não cometamos aqui alguma coisa no campo demagógico.

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar)

Senhor presidente, a minha consciência manda aqui que eu faça uma reflexão e mesma reflexão. Con-

fesso que fico preocupado com relação a essa coisa do ano que vem, para meados do outro ano e para o final daqui a dois anos. Tenho uma emenda, a emenda nº 3 é muito clara: coloca à disposição para que o governo dê qualquer reajuste à gloriosa Polícia Militar, a esses valerosos homens da Polícia Militar até o 1º de dezembro. Feito isso, encerrou-se esse governo. Vamos deixar para que os próximos, ou seja, o próximo governo assumam a responsabilidade.

Olha, não podemos aqui hoje fazer um exercício de futurologia, aqui não tem mãe Dinah, aqui não tem nenhuma mãe Dinah, estamos aqui num exercício de futurologia, não podemos entrar nesse caminho, a coisa tem que ser clara sob pena daqui para um futuro bem próximo, em janeiro, nós termos as lideranças da Polícia Militar sendo desmoralizadas pela tropa porque essa tropa vai cobrar, nós estamos aqui gerando uma expectativa que pode não ser a verdade e aí é que eu temo. Então, não sou contra nenhum reajuste. Não serei contra a absolutamente nada daquilo que vier para esse Plenário para ser votado. Agora, tenho que fazer essa reflexão, e tenho que colocar isso para os senhores que comandam a Polícia Militar. Nós vamos ter, poderemos ter num futuro bem breve, uma indisposição tamanha ao ponto de esfacelarmos a gloriosa Polícia Militar.

Senhor presidente, volto a apelar para esse Plenário, para que o Plenário vote com a minha Emenda de nº 3, que deixamos esse reajuste para ser colocado até 01/12 com o percentual que quiser o governo. Se o governo quiser dar 30% que dê, se o governo quiser dar 10% que dê, se o governo tiver condições de cobrir 110%, que dê os 110%. Mas daí, nós deixamos, aqui, lá no futuro. Ora! Nós estamos, aqui, armando uma bomba relógio ou para Álvaro Dias, ou para o Requião, ou para o Padre Roque, para alguém. É a mesma coisa que eu, Ricardo Chab e o presidente, vamos jantar e mandamos a conta para o deputado Durval Amaral. Nem o convidamos. É assim que está sendo colocado hoje nesta Casa. Não podemos agir assim. Concorde, louvo o esforço do presidente da Casa, louvo o esforço do deputado Algaci Tulio de tentar o entendimento. Mas é muito difícil quando falamos num futuro, sem que o governo atual esteja fazendo parte do futuro. Há prioridades. E nós sabemos que a prioridade nesse momento é a segurança pública.

Agora, eu, aqui, não vou enganar ninguém. Tenho muitos amigos na Polícia Militar, tenho grandes amigos na Polícia Militar e não vou ser eu, Ricardo Chab, que vai enganar alguém. Então estou deixando bem claro a minha posição - acho difícil que o que estamos votando hoje venha a ser cumprido. Espero que o Plenário aprove a minha Emenda nº 3, que coloque a obrigação para este governo de dar um reajuste até dezembro.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente e senhores deputados, visitantes da Polícia Militar que hoje comparecem a Assembléia.

Vamos ser bem francos. Conversa franca não faz mal a ninguém. Nós estamos votando esse projeto hoje, e o governo só mandou esse Projeto para a Casa, porque a Polícia Militar está a 7 anos sem um reajuste. Mais grave do que isso, a Assembléia Legislativa aprovou, a questão de dias atrás, um reajuste para a Polícia Civil, perto de 120%.

O que incomoda o governo não é a Assembléia Legislativa e nem a Bancada dos Deputados. O que incomoda o governo é que ele sabe que os soldados, cabos, sargentos e tenentes da corporação de mais de 25 mil homens não agüentam mais ser enrolados, como foram nos últimos quatro anos. É preciso dizer essa verdade. Promessas e promessas foram feitas pelo governo do Jaime à Polícia Militar do Estado do Paraná. Sempre licitação para comprar carro, licitação para comprar isso aconteceu. Reajuste de salário. Sou daqueles que... como na educação, não há máquina que substitua o processo educacional, o diálogo entre um homem ou uma mulher e o aluno. Na segurança pública não há robô que substitua a prevenção de violência criminal em qualquer sociedade.

Por isso se quer valorizar, tem que valorizar a vida do profissional, tem que dar um salário decente para depois cobrar uma boa atuação na sociedade. Infelizmente o governo não fez isso.

Vou votar favoravelmente ao substitutivo do deputado Algaci Tulio e a nossa Bancada do PT vai apoiar. Mas é meu dever dizer o seguinte: se preparem para estarem aqui daqui a um mês. Porque isto que vamos votar hoje não garante nada. É um papel com um previsão para janeiro. Vamos discutir no mês de novembro o orçamento do Estado para o ano que vem. Vamos ter que incluir isso no orçamento do Estado, e se vocês não estiverem aqui depois que mudar o governo com as eleições, pode ser que isso não fique no orçamento. Mesmo no mês de janeiro, qualquer cidadão do Estado do Paraná pode dizer que a lei é inconstitucional. Nem o governador vai entrar com isso. Não é o governador. Ele vai pegar qualquer um na sociedade, um advogado qualquer e vai dizer: “Esta lei é inconstitucional”. Vai derrubar essa lei o governador vai dizer o seguinte para o comando da Polícia Militar e para essas associações que o Algaci leu aqui: “me desculpem, eu não posso fazer nada, a Constituição me proíbe de dar aumento para vocês”. Tem uma decisão judicial e vocês sabem, porque são militares, que contra decisão judicial não se argüi, não se enfrenta. Então é um problema criado.

Entendemos a estratégia de vocês para conquistar aquilo que é de direito. Vamos apoiar, mas vocês continuem mobilizados. Se não ficarem mobilizados, vocês não vão ter o reajuste que precisam na vida de vocês. Mobilizados até o final do ano, para que isto esteja garantido, para que no mês de janeiro recebam algum percentual de reajuste.

Meus companheiros de serviço público, - porque eu aqui também sou um servidor público, - esta lei só está

sendo discutida porque tem uma insatisfação na tropa, lá em baixo e se não mobilizar, não vai ter nada em janeiro. Lembre-se: em janeiro, a Assembléia não estará reunida. É recesso constitucional da Assembléia, é recesso do Poder Judiciário. Por isso que o correto seria - e falei para Durval, Hermas e Algaci - que pelo menos para diminuir um pouco o sofrimento de uma classe que tem trabalhado tanto pelo nosso Estado, cumprindo o seu dever, era de que o Jaime colocasse agora 30% ou 20% como disse o deputado Chab, porque na hora em que entrar dinheiro no bolso, no mês que vem, entrou no contra-cheque de vocês, não há Constituição que tire este percentual e nós teríamos garantindo algumas coisas, e o Durval sabe que dinheiro o governo tem para fazer isso até o mês de dezembro, porque até agora não mostraram para nós que não tem. E tem. Sabemos que tem. O impacto seria de 12 milhões, não é tão grave assim, daria para reajustar. Mas enfim, vamos apoiar esta estratégia. Não é a que gostaríamos, mas vamos apoiar esta estratégia. Força para nós e vocês continuem mobilizados, porque senão, em janeiro não vai ter nada.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Concedo a palavra ao deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Esse é o momento em que nós, parlamentares, devamos até aproveitá-lo pela representatividade de todo o mundo que está aqui. Por mais que saibamos das coisas, sempre existe a possibilidade de se aprender mais ainda.

Acho que o papel do deputado é dar seqüência, é dar cumprimento à vontade daqueles que estão batallando por determinada coisa.

Lembro-me que quando o povo do Paraná mandou-nos aqui na Assembléia, votar contra a venda da Copel, entendi aquilo que estava dando o povo, como determinação para o parlamentar e vim aqui e votei como líder das Oposições, como deputado, como membro do PMDB, vim dar seqüência à determinação que vinha da rua, da sociedade, da lavoura, da indústria, do comércio.

Então, o deputado tem que ser sensível àquilo que, no caso, a PM está reivindicando.

Ora, estou muito cansado de ouvir aqui no País, a esfarrapada desculpa que não se tem dinheiro para nada, mas vocês poderão saber, é só fazer acesso aos organismos pertinentes que vocês poderão saber, é só fazer acesso aos organismos pertinentes que vocês vão ver que agora, no fim do mês, o Brasil deverá pagar entre 12 e 13 bilhões de reais para os nossos patrões lá de fora, do FMI, dessa banqueirada ladra que se alia à ladrãozada aqui de dentro para explorar o povo, para fazer com que os grandes patrimônios que temos e que foram construídos pelo povo brasileiro, sejam desmerecidos: o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o Exército, a Aeronáutica, A Polícia

Militar, esses do neo-liberalismo, eles batem sempre para desmoralizar aquilo que temos de sério neste País.

Esse governo está aí, me perdoem a franqueza, não tratou seriamente aquilo que eu já falei, que é um grande patrimônio do povo do Paraná que é a sua Polícia Militar. Então, que fique bem claro para todo mundo, que precisamos esclarecer aquilo que está acontecendo e deixar muito clara a nossa posição.

Vejam o seguinte: quando se pretende construir uma hidrelétrica, é preciso que venha para o chamado Rima - Relatório de Impacto Sobre o Meio Ambiente - *Mutatis Mudandis*, o que teria que fazer o governo? Mandar para cá, o Relatório de Impacto Financeiro sobre a folha de pagamento. Mas esse governo, e eu falo para militares que são cumpridores da lei, ele não dá muita atenção para lei não. A lei, ora, a lei! Para esse governo é assim.

Então, o que é que estamos pretendendo mostrar para todos vocês que os pleitos da Polícia Militar que são justos, que são necessários, não são atendidos porque falta a esse governo, impopular, isolado, fechado ali, fechado com grade.

Isso é uma coisa feia na história do Paraná! A praça é do povo não é para ela ficar cercada não. Eu tenho medo, porque até tem gente que, se ganhar, é capaz de eletrificar a cerca, para as reivindicações não chegarem nem perto do Palácio. Se o cara vai se manifestar contra o governo, leva um choque elétrico. Estão pretendendo fazer isso. O governo Jaime Lerner já contratou alguns especialistas em eletrificar cercas. Professor não chegar nem a dez metros dessa cerca do Palácio Iguaçu.

O que nós queremos dizer? Que todo mês esse governo tem 15 bilhões para pagar, de juros e serviços da dívida. Agora, aumentar o salário mínimo, eles estão propondo aumentar só para duzentos e onze e dizem que mais do que isso vai quebrar o País. Esses que fizeram o maior desemprego da história do País, estão aí, garganteando que vão fazer brotar como cogumelos os empregos do chão paranaense, do chão brasileiro.

Então, nós não somos ingênuos!

O que é que queremos fazer aqui? Nós da Oposição? Queremos nos submeter à determinação que eu aprendi, que eu notei, que é uma vontade da nossa Polícia Militar.

Então o que é que nos cabe fazer? Aprovar do jeito que está e eu garanto, pelo menos em meu nome, que lá em janeiro, seja lá qual for o governador e acho que esse é o pensamento de toda a Oposição - faremos de tudo para que vocês possam ter isso que, no nosso entendimento, é muito pouco, porque vocês merecem muito - mais do que isso que está chegando lá no mês de janeiro de um outro governo que vai chegar.

Então, que não tenham nenhuma dúvida a respeito da nossa posição de Oposição, mas de alinhamento, por exemplo, àquilo que conversamos com a dona Lúcia Ferreira Sobral, que vamos aprovar do jeito que está, que é o possível que estão colocando para nós, mas fica aqui o

nosso protesto, porque não se faz administração do jeito que esse governo faz!

Estaremos vivendo daqui a pouco a eleição que é uma festa democrática e aqui a Oposição que é minoria, se transforma em maioria porque temos a obrigação de ouvirmos a reivindicação que vem das esposas dos policiais, da corporação como um todo. Estamos aqui para cumprir essa nossa obrigação! E tenho certeza, todos aqueles, como o deputado Zé Maria, o deputado Vanhoni, o deputado Pessuti, os da Oposição que falaram aqui fizeram um alerta e eu também vou fazer! Este projeto nasce, vamos dizer assim, com o pecado original, ele vem eivado de vício. "Agora, se depender de nós, se ganharmos o governo ou não ganharmos, se estivermos aqui, contem conosco porque é a nossa obrigação atender as reivindicações da Polícia Militar! Fica muito clara essa nossa posição!

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, quero fazer apenas um apelo ao deputado Algaci Tulio. Se pudéssemos contemplar ou fazer um acordo aqui 10% para a Polícia Militar, agora. 10% para, pelo menos pagar a água, sanduíche, a refeição, porque eles vão trabalhar no dia da eleição, vamos ficar de plantão, todo mundo, 10% agora, que o governo dê agora pelo menos 10% para a Polícia Militar, depois o resto da redação fica para janeiro, julho, etc.

Faço um apelo, agora vamos dar 10% para a Polícia Militar, hoje, agora, para que no próximo soldo já saia lá os 10% a mais.

Quero fazer um grande apelo aqui para que pelo menos saiam daqui com os 10%. Os outros, com esta dúvida toda que ficou... vou votar favorável mas, pelo menos 10% agora, 10% agora, 10% agora, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, fui citado aqui pelo deputado José Maria Ferreira e pelo deputado Irineu Colombo.

Primeiro ao deputado José Maria Ferreira, dizer que entre a ação e a omissão, prefiro ficar com a ação, mesmo correndo o risco de cometer um erro.

Isso se refere ao fato de ter sido eu indicado pela presidência para ser o relator da matéria. E não sou eu, o relator da matéria, que vai dizer se pode isso, não pode aquilo. Fiz um relatório que teve o aval, deixar bem claro aqui, da corporação da Polícia Militar, das entidades que representam a Polícia Militar.

Portanto, não é o deputado Algaci Tulio que está dizendo ao governo como ele vai fazer, se ele vai pagar assim ou não.

Se eu pudesse colocar no meu relatório como pediu agora o deputado Irineu Colombo, que tivesse uma parcela agora em outubro, novembro ou dezembro, claro que ninguém mais que o deputado Algaci Tulio. Não represento nem, a Situação nem a Oposição, tenho mantido, nesta Casa, uma posição de independência.

Portanto, o que o deputado Algaci Tulio fez, mesmo correndo risco de desgaste, foi não se omitir a um pedido e a uma tarefa, que é a tarefa do parlamentar.

Estamos votando hoje aqui, acertando ou errando, não estamos nos omitindo, correndo o risco de amanhã sermos crucificados por um erro.

Mas cumpro a obrigação de ser o relator e me esforcei, fiz o máximo possível para chegar a um entendimento.

Volto a dizer, não é o que eu quero, não é o que os policiais e nem o que as mulheres dos policiais querem, mas é o que seria possível, dentro da lei.

Não falo aqui, não respondo pelo governo!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação o relatório apresentado.

O SR. NEIVO BERARDIN

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. RICARDO CHAB

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Cesar Seleme**)

Procede a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dispensar a chamada nominal, há número suficiente para votação.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem que requerer e o Plenário tem que aprovar.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, estou encaminhando o pedido que a votação seja nominal, porque precisamos que esse assunto seja levado para o ano que vem. V. Exa. sabe que o que está se fazendo aqui é uma projeção de aumento para o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto V. Exa. se é o parecer do relator que o senhor está pedindo a votação nominal.

O SR. NEIVO BERARDIN

Chamada nominal do parecer. Entregarei por escrito, a fim de que fique nos Anais desta Assembléia.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Gostaria de fazer uma sugestão ao deputado Neivo Berardin: acho que dispensaríamos a votação nominal pelo seguinte: se é para efeito de qualquer entendimento

ou cobrança no futuro, a lista de presença dos deputados hoje na Assembléia Legislativa já registra. Acho que cada um pode registrar o voto aqui. Enfim, faz a declaração de voto.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

V. Exa. sabe que poderemos ter aqui uma votação que vai esbarrar dentro da lei, porque o líder do Governo não quer explicar quanto é que dá o impacto na folha. Se formos para fazer aqui uma votação demagógica, vamos fazer. O fato é que tem que ser claro que esse assunto é um assunto que joga para o ano que vem que não tem na prática qualquer efeito positivo.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

A sugestão do deputado Neivo não inviabiliza que declaremos logo após a votação, todos os deputados que votaram a favor e que estão presentes no plenário. Só que da forma como sugeriu o deputado Ângelo Vanhoni nós vamos agilizar a votação.

Então, acho que é desnecessária a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto o deputado Neivo Berardin, se podemos proceder dessa forma.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Está bem! Vou concordar com V. Exa..

No entanto, é preciso que fique muito claro, está se fazendo aqui uma coisa, uma cortesia possivelmente esbarrando na Lei de Responsabilidade Fiscal, possivelmente uma demagogia para o ano que vem, e olha, acho que os militares estão mais do que cansados de ouvir promessas vãs. Se o governo quisesse dar aumento à Polícia Militar, estaria dando no seu governo. Estamos a favor e se o governo tivesse boa vontade com a Polícia Militar, entendesse o merecimento da Polícia Militar, estaria dando aumento no seu governo. Agora, isso aqui é um exercício de numerologia. V. Exa., líder do Governo, apresente como líder do Governo, apresente tecnicamente que é de parte que corresponde a V. Exa., eu gostaria que o líder do Governo apresentasse, é o básico, é o dever de casa, da Polícia Militar que tem como valor maior a disciplina...

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Eu quero votar, vamos votar.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

V. Exa. quer votar, mas o que V. Exa. diz, qual é o impacto na folha do que V. Exa. está votando?

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, acho que a preocupação do deputado Neivo era a questão de quórum. Há quórum na presente Sessão para votar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o parecer formulado pelo deputado Algaci Tulio, Substitutivo Geral.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Quero só fazer uma indagação à Mesa: a minha emenda não foi acolhida?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não foi acolhido o parecer.

Senhores deputados que aprovam o parecer do deputado Algaci Tulio, a sua emenda substitutiva, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, vou justificar o voto de todos, com a ressalva que nós já fizemos da tribuna, e que entendemos ser um projeto eleitoreiro e que ele deveria estar já vigindo o seu efeito a partir de outubro.

Votaram favorável os(as) seguintes deputados(as): Luciana Rafagnin, Eli Ghellere, Caíto Quintana, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Ademir Bier, Neivo Beraldin...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado José Maria, foi por unanimidade dos presentes aqui, e temos a lista de presença aqui para constatar, mas se quiser fazer menção...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Mas eu pretendo, por causa da ressalva. É em função da ressalva, não é pela votação que foi unânime, mas é pela ressalva, o deputado Luiz Carlos Zuk compartilha desta ressalva, Cezar Silvestri, deputado Marcos Isfer, deputado Antonio Anibelli, Algaci Tulio é o relator e eu não sei se ele pode compartilhar dessa ressalva fazendo o relatório que fez; deputado Renato Gaúcho, Edson Praczyk, nossa querida deputada Serafina Carrilho, Orlando Pessuti, Irineu Colombo, Hermes Fonseca e José Maria Ferreira.

Assim, fica registrado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero esclarecer aos senhores deputados que após a Sessão, teremos mais duas Sessões ainda para votarmos em 3ª Discussão e Redação Final.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero só também registrar os votos, sem ressalvas, porque nós entendemos que isso é o melhor para a corporação, dos deputados: Elio Rusch, Geraldo Cartário, Durval Amaral, Sérgio Spada, Ricardo Maia, Nelson Garcia, Basílio Zanusso, Antonio Carlos Belinati, Luiz Carlos Alborghetti, Moysés Leônidas, Luiz Carlos Martins, Luiz Accorsi, Durval Amaral, Cesar Seleme.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero dizer que, como relator eu também votei, muito embora volto a repetir, num esforço desejado por todos nós, não por mim e por todos os deputados da Assembléia, não era o que nós gostaríamos de aprovar à Polícia Militar, mas foi o possível dentro da legalidade e da constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Votamos o parecer, agora temos que votar o substitutivo geral ao projeto já lido pelo deputado Algaci Tulio.

Senhores deputados que aprovam o substitutivo, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Pela Ordem**)

Não quis me manifestar, senhor presidente, até porque todo mundo já falou, mas eu queria até fazer menção aos deputados que não estão presentes aqui, porque eu me desloquei de madrugada para vir aqui para prestigiar a Polícia Militar, encontrei na estrada o nosso querido Geraldo Cartário. Em respeito ao policial militar. A polêmica levantada pelo deputado Neivo Beraldin tem procedência, porque é importante que o policial saiba que viemos aqui, nesse período, para fazer justiça a vocês. Estou extremamente feliz em poder ter vindo e ter cumprido o meu dever em tentar ajudar toda a corporação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Gostaria de agradecer todos os parlamentares presentes. Tínhamos um compromisso com a corporação, sempre falamos que, se chegasse aqui o projeto, esta Casa não faltaria à corporação. É isso que estamos fazendo e vamos encerrar a votação hoje. Teremos mais duas Sessões para votarmos em 3ª Discussão e Redação Final.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2285 de autoria do deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2288, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2292 a 2294, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2295, de autoria do deputado Moysés Leônidas, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de sessões extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2298 a 2300, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2301, de autoria do deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 07, à hora regimental, com Ordem do Dia a ser designada pelo senhor presidente.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 155/2002

determinar, à Diretoria de pessoal a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, da quantia recebida a título de pensão, da beneficiária REGINA MARIA FROES DA MOTTA SAMPAIO, pensionista deste Poder Legislativo, viúva do ex-deputado Luiz Gabriel Sampaio, na forma do artigo 30, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme inciso XXVII, do artigo 40, do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 30, da citada Lei Federal, e inciso XII, do artigo 5º, da Instrução Normativa SRF n 15/2001, de 06 de fevereiro de 2001.

(Prot. nº 7339/2002)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19.08.2002.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 156/2002

conceder a CARNEM CELIA FREGONESE, matrícula nº 40602, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotado na Coordenadoria de Serviço Odontológico da Casa, Licença sem vencimentos, pelo prazo de dois (02) anos, de acordo com artigo 210, inciso I e II, e artigo 240 e parágrafo 2º, da Lei nº 6.174/70, a partir de setembro de 2002.

(Prot. nº 6911/2002)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 26.08.2002.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

VALDIR ROSSONI - 1º Secretário

ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 92/2002

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ANA MARIA ANTUNES, matrícula nº 40203, de sessenta (60) dias a partir de 27 de agosto de 2002, término em 26 de outubro de 2002. CID.f.29.0.

(Prot. nº 7726/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.09.2002.

PORTARIA Nº 93/2002

colocar, a disposição do Tribunal de Alçada, a servidora deste Poder Legislativo, RAQUEL TEREZINHA RIBASKI POLICENO, matrícula nº 40118, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2002.

(Prot. nº 8080/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 17.09.2002.

PORTARIA Nº 94/2002

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de BEATRIZ TEREZINHA FURTADO MADY, matrícula nº 40496, funcionária desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, admitida em 01 de maio de 1988, lotada na Diretoria de Assistência ao Plenário, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98

(Prot. nº 7612/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.09.2002.

PORTARIA Nº 95/2002

colocar, a disposição da prefeitura Municipal de Ponta Grossa, o servidor deste Poder Legislativo, CLAUDIO MARQUES DA SILVA, matrícula nº 40040, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2002.

(Prot. nº 8275/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 19.09.2002.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 029ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE SETEMBRO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Cesar Seleme.

Às dezessete horas e cinquenta minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Nelson Garcia; PSDB: Algaci Tulio, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PPB: Fernando Ribas Carli, Moysés Leônidas; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (39). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Edno Guimarães, Ademir Traiano, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Fernando Guimarães, Nereu Moura, Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Nelson Justus, Duílio Genari, Miltinho Pupio e Tony Garcia (15).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 630/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/2002, dispondo que o valor do soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná será fixado, para cada posto ou graduação, com base no posto de coronel e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Aprovada a emenda.

Projeto: **aprovado.**

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 021/2002, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de agosto 2002, conforme Resolução nº 015, de 19.06.92. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 021/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução nº 015, de 19 de junho de 1992, artigo 14, referente ao mês de agosto de 2002.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.2002.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Nereu Moura, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Luiz Accorsi e José Maria Ferreira.

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 124/2002**

Encaminhada à esta Comissão de Tomada de Contas a proposição em tela, que relata a prestação de contas do relatório do movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referentes ao mês de agosto de 2002, regulamentados pela Resolução nº 015 de 19 de junho de 1992, conforme artigo 14.

Examinada a matéria supracitada e o relatório da aplicação para atender essas despesas, concluo que as referidas contas estão exatas, dentro das normas de sua

regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo assim o parecer favorável.

Assim sendo, entende este relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 17.09.2002.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 005/2002, de autoria da Comissão Executiva, que referenda o Decreto Legislativo nº 002/2002, de 18 de setembro de 2002, que autorizou o Sr. Jaime Lerner afastar-se do cargo de governador do Estado.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2002

Art. 1º - Fica referendado o Decreto Legislativo nº 002/2002, de 18 de setembro de 2002, que autorizou o senhor Jaime Lerner afastar-se do cargo de governador do Estado, no dia 19 e a partir do dia 21 até o dia 23 do corrente mês, para tratar de assuntos particulares, inclusive campanha eleitoral, sem remuneração.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.09.2002.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

MENSAGEM Nº 039/2002

Curitiba, 18 de setembro de 2002.

Senhor Presidente:

Através da presente tenho a honra de solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no artigo 54, inciso X, da Constituição Estadual, licença para me afastar do cargo de governador do Estado, no dia 19 e a partir do dia 21 até o dia 23 do corrente mês, para tratar de assuntos particulares, inclusive campanha eleitoral, sem remuneração.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia legislativa, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

Aprovado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Verificação de votação.

O SR. ELIO RUSCH

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO

(Procede a chamada nominal)

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, tendo presença, dispense a verificação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Item nº 03.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 029ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2002

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Cesar Seleme.

Às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Nelson Garcia; PSDB: Algaci Tulio, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PPB: Fernando Ribas Carli, Moisés Leônidas; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (39). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Edno Guimarães, Ademar Traiano, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Fernando Guimarães, Nereu Moura, Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Nelson Justus, Duílio Genari, Miltinho Pupio e Tony Garcia (15).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Requerimento:**

REQUERIMENTO Nº 2302

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.09.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 630/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/2002, dispondo que o valor do soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná será fixado, para cada posto ou graduação, com base no posto de coronel e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 630/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O valor do soldo dos integrantes da Polícia Militar do Paraná será fixado, para cada posto ou gra-

duação, com base no soldo do posto de coronel, observada a estrutura da Tabela de Funções no Escalonamento Hierárquico cujos índices e valores atualmente vigentes são os constantes do anexo I do presente texto legal.

Art. 2º - A Gratificação Policial Militar Especial de que trata o artigo 89, item 3, da Lei nº 6417 de 03 de julho de 1973, com a redação dada pela Lei nº 11.366 de 26 de abril de 1996, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação, passam a ter os índices constantes do anexo II do presente texto legal.

Parágrafo Único - A implantação dos valores relativos aos índices da Gratificação Policial Militar Especial, de que trata este artigo, será efetivada em 03 (três) parcelas, sendo a primeira em 1º de janeiro de 2003, a segunda em 1º de julho de 2003 e a terceira em 1º de janeiro de 2004, na proporção de 34% (trinta e quatro por cento), 33% (trinta e três por cento) e 33% (trinta e três por cento), respectivamente.

Art. 3º - O item 4 do artigo 13 e *caput* do artigo 19, da Lei nº 6417, de 13 de julho de 1973, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 13 - O policial militar, pelo efetivo exercício de suas funções, fará jus as seguintes gratificações:

...

4 - Gratificação pelo efetivo exercício de função com risco de vida, que será calculada sobre o valor do soldo do respectivo posto ou graduação na proporção de 1/3 (um terço) ou 33,33%.

Art. 19 - A Gratificação de Tempo de Serviço, calculada sobre o soldo do respectivo posto ou graduação é devida ao policial militar:

...”

Art. 4º - Aplicar-se-á aos proventos e às pensões as alterações contidas nesta lei, sendo extensivos na mesma proporção eventual reajuste concedido ao Policial Militar em serviço ativo.

Art. 5º - Constatada a redução de remuneração, de proventos ou de pensões, decorrente da aplicação desta lei, o valor da diferença será pago a título de vantagem pessoal nominalmente identificada.

Parágrafo Único - Ao valor da diferença prevista no *caput* do artigo, serão aplicados eventuais ajustes concedidos.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no parágrafo único do artigo 2º desta lei, revogando-se o item 3 do artigo 78 e itens 1 e 2 do artigo 93 da Lei nº 6417, de 13 de julho de 1973, que trata do adicional de inatividade e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.09.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 021/2002, autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de agosto 2002, conforme Resoluções nº 15, de 19.06.92. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 526/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/2002, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso à Universidade Livre do Artesanato e Cultura Popular do Paraná, no município de Curitiba, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 101/2002, de 05.08.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 526/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso à Universidade Livre do Artesanato e Cultura Popular do Paraná - Uniart, do imóvel pertencente ao patrimônio do Estado do Paraná, no município de Curitiba, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 526/2002

P A R E C E R :

Oriundo de Mensagem Governamental nº 25/2002, o Projeto de Lei em análise autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso à Universidade Livre do Artesanato e Cultura Popular do Paraná - Uniart, do imóvel pertencente ao patrimônio do Estado do Paraná, no município de Curitiba, conforme especifica.

Trata-se de Cessão de Uso de imóvel pertencente ao patrimônio do Estado do Paraná, localizado à Rua Dr. Muricy, 950 - centro de Curitiba, com 472 m2 de terreno e 579 m2 de área construída, a ser cedido exclusivamente para instalação e manutenção das atividades da Uniart.

O projeto de lei em questão já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão desta Casa de Leis.

Chamada esta Comissão de Obras a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22.08.2002.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2302 de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária. Levanta-se a Sessão.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 162/2002

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Conceder, aposentadoria, a pedido, a GOQUIBE MANSUR, matrícula nº 312, ocupante do cargo de Procurador, NU-1, 3ª Classe, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, amparado pelo artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98, e nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso III e parágrafo 3º, da Constituição Federal, combinado com o artigo II da Resolução nº 52/89, e artigo 2º da Lei Estadual nº 8.425/86, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, acrescidos de verba de representação, de acordo com o artigo 3º, da Lei nº 8.198/85, e de trinta e cinco por cento (35%) referentes a sete (07) adicionais, conforme o inciso VIII, do artigo 37, da Lei Complementar nº 40/81, e artigo 1º da Lei Complementar nº 20/84, corroborado pela Lei Complementar nº 42/88, que incluiu parágrafo único vedando gratificação quinquenal diferente da estabelecida, observando-se o que dispõe o inciso XIV, do artigo 37, Constituição Federal, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 14, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa. (Prot. 7986/2002)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 163/2002

Conceder, aposentadoria, a pedido, a PEDRO ALVARES DOS SANTOS, matrícula nº 084, ocupante do cargo de Procurador, NU-1, 3ª Classe, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, amparado pelo artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98, e nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso III e parágrafo 3º, da Constituição Federal, combinado com o artigo II da Resolução nº 52/89, e artigo 2º da Lei Estadual nº 8.425/86, com proventos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, acrescidos de verba de representação, de acordo com o artigo 3º, da Lei nº 8.198/85, e de trinta e cinco por cento (35%) referentes a sete (07) adicionais, conforme o inciso VIII, do artigo 37, da Lei Complementar nº 40/81, e artigo 1º da Lei Complementar nº 20/84, corroborado pela Lei Complementar nº 42/88, que incluiu parágrafo único vedando gratificação quinquenal diferente da estabelecida, observando-se o que dispõe o inciso XIV, do artigo 37, Constituição Federal, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 19, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. 7987/2002)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.09.2002

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
VALDIR ROSSONI - 1º Secretário
ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário